



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

GABINETE DEPUTADO STEPHANES JUNIOR

Fla. 01

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 045/11



SÚMULA: Altera o Parágrafo Único do art. 2º, da Lei nº 11.027 de 29 de dezembro de 1994, (COMEC) incluindo os Municípios de Piên e Campo do Tenente.

Art. 1º Fica alterado o Parágrafo Único da Lei 11.027, de 29 de dezembro de 1994, que foi alterada pelas Leis nºs, 11.096, de 16 de maio de 1995; 12.125, de 22 de abril de 1998 e 13.512, de 21 de Janeiro de 2002, incluindo os municípios de Piên e Campo do Tenente na Região Metropolitana de Curitiba, que passa a vigorar com a seguinte redação:

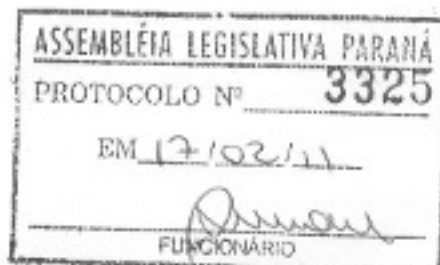
Art. 2º ...

Parágrafo Único: A Região Metropolitana de Curitiba é constituída pelos municípios de Curitiba, Adrianópolis, Agudos do Sul, Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, **Campo do Tenente**, Campo Largo, Campo Magro, Cerro Azul, Colombo, Contenda, Doutor Ulysses, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Lapa, Mandirituba, **Piên**, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul, São José dos Pinhais, Quitandinha, Tijucas do Sul e Tunas do Paraná, assim por outros municípios criados em áreas territoriais deles desmembradas".

Art. 2º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16 de fevereiro de 2011.


REINHOLD STEPHANES JUNIOR
Deputado Estadual





JUSTIFICATIVA

Num primeiro momento cabe salientar que os municípios abaixo relacionados pertencem à Região Metropolitana de Curitiba e, estão a uma distância de Curitiba maior do que **Piên e Campo do Tenente**, a saber:

1) Doutor Ulysses à 163 Km; 2) Adrianópolis à 127 KM; 3) Cerro Azul à 108 Km;

Integrar estes municípios à RMC se fazem necessárias, haja vista o grande número de mão-de-obra que estes municípios alocam em Curitiba, e visando proporcionar justa integração destes trabalhadores à capital do Paraná, esta medida trará uma melhoria na qualidade de vida, não somente destes trabalhadores, mas como dos municípios de Piên e Campo de Tenente.

Esta proposta visa alavancar as condições de crescimento para estes municípios e toda a região, e colocar os benefícios disponibilizados pelo Poder Público ao dispor dos cidadãos que lutam pelo crescimento de seus municípios, e concomitantemente beneficiam Curitiba com o suado labor do dia-a-dia prestado em empresas da nossa Capital e, para que, efetivamente alcancem a maior parte da população da Região Metropolitana.

Uma das principais melhoria na qualidade de vida que se irá proporcionar aos municípios de Piên e Campo do Tenente, será a integração do transporte coletivo, haja vista a eficiência deste dispositivo, consolidada com a RIT – Rede Integrada de Transportes; cujos trabalhadores serão os maiores beneficiados, efetivamente, além de maior rapidez no deslocamento ao trabalho, resultando em consequente alta da produtividade, além da economia e customização para empresas e empregados.

Isto posto solicito o pleno apoio dos nobres pares desta Casa de Leis, pela relevante importância sócio-econômica da matéria aqui elencada.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

REQUERIMENTO



Súmula: Requer a anexação dos Projetos de Lei nº 181/11 e 234/11 ao 045/11, por tratarem de matérias correlatas.

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, **REQUER**, após ouvido o Soberano Plenário, a anexação dos **Projetos de nº 181/2011 e 234/2011 ao 045/2011**, conforme dispõe o art. 120 do Regimento Interno desta Casa de Leis, por tratarem de matérias correlatas.

Sala das Sessões, 09 de maio de 2011.

Deputado NELSON JUSTUS
Presidente da Comissão
de Constituição e Justiça



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Nereu Moura

PARECER AO PROJETO LEI Nº 045/11 (anexado aos Projetos 181/11 e 234/11)

Projeto de Lei nº 045/11

Autor: Dep. Reinhold Stephanes Júnior

Projetos anexados:

Projeto de Lei nº 181/11 – Autor: Dep. Reinhold Stephanes Júnior

Projeto de Lei nº 234/11 – Autores: Dep. Anibelli Neto e Dep. Toninho Wandscheer

SUMULA: Altera o Parágrafo Único do artigo 2º da Lei 11.027 de 29 de d de 1994, (COMEC), incluindo os Municípios de Piên e Campo do Tenente.

EMENTA: INCLUSÃO DE MUNICÍPIOS À REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA. MUNICÍPIOS DE PIÊN E CAMPO DO TENENTE. LEI ESTADUAL 11.027/1994. CONFORMIDADE COM A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. LEGAL E CONSTITUCIONAL. APROVAÇÃO.

1. DO PROJETO LEI

O Projeto Lei nº 045/11 de autoria do Dep. Reinhold Stephanes Júnior, anexado ao Projeto de Lei nº 181/11, de autoria, também, do Dep. Reinhold Stephanes Júnior e ao Projeto de Lei nº 234/11 de autoria dos Deputados Anibelli Neto e Toninho Wandscheer, altera o Parágrafo Único do artigo 2º da Lei 11.027 de 29 de d de 1994, (COMEC), incluindo os Municípios de Piên e Campo do Tenente à Região Metropolitana de Curitiba.

2. COMPETÊNCIA E PREVISÃO LEGAL

Primeiramente, é imprescindível analisar a competência legislativa sobre a matéria constante no projeto de lei em análise.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Nereu Moura

deliberar sobre planos e programas estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento. A saber, artigo 53 da Constituição Estadual:

Art. 53. Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no art. 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

V - planos e programas estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

Ademais, nos ditames da Constituição do Estado do Paraná se verifica que a COMEC é o órgão de apoio técnico que organiza a Região Metropolitana de Curitiba. Vejamos o que dispõem os arts. 21, 22 e 23 da Constituição Estadual:

Art. 21. O Estado instituirá, mediante lei complementar, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, assegurando-se a participação dos Municípios envolvidos e da sociedade civil organizada na gestão regional.

Art. 22. O planejamento das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões deverá adequar-se às diretrizes de



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Nereu Moura

Art. 23. É facultada a criação, mediante lei, de órgãos ou entidades de apoio técnico de âmbito regional, para organizar, planejar e executar as funções públicas de interesse comum.

Portanto, a propositura do presente projeto de lei é legítima, uma vez que, nos ditames da Constituição do Estado do Paraná, a criação ou modificação da Região Metropolitana se dá através de lei.

Assim, compreendemos que o projeto ora em análise se encontra coberto de legalidade, visto que atende as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo reputado constitucional.

3. CONCLUSÃO

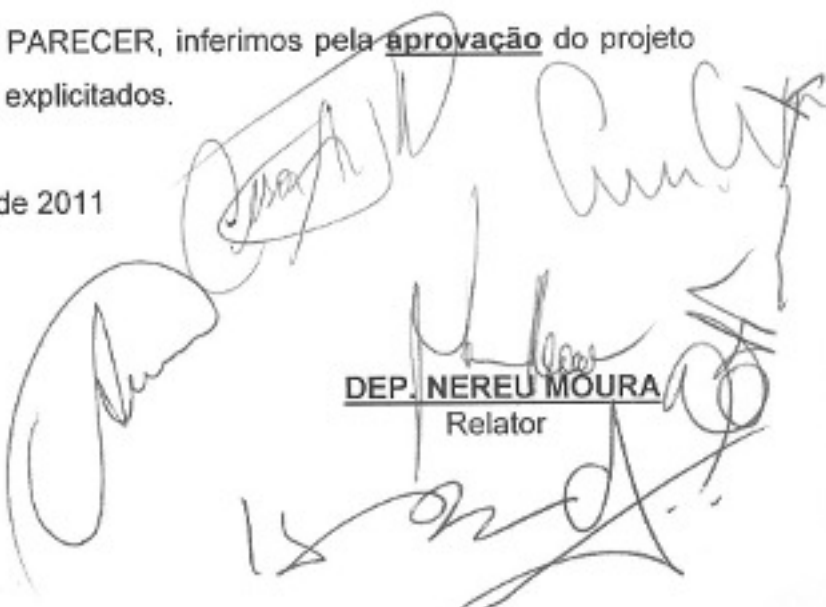
Nesse contexto, verificamos que o projeto está em conformidade com nossa Constituição Estadual, bem como, dentro da legalidade.

Quanto à **técnica legislativa**, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar n.º 95/98.

Desta forma, em decorrência de PARECER, inferimos pela **aprovação** do projeto que ora se analisa, conforme motivos já explicitados.

Sala das Comissões, 26 de abril de 2011


DEP. NELSON JUSTUS
Presidente da Comissão


DEP. NEREU MOURA
Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE ASSUNTOS METROPOLITANOS

Parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 045/2011

Projeto de Lei Complementar nº 045/2011 - *"Altera Parágrafo Único do art. 2º da Lei 11.027 de 29 de dezembro de 1994, (COMEC) incluindo os municípios de Piên e Campo do Tenente."*
PLs anexados – 181/11 e 234/2011

O presente Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Reinhold Stephanes Junior que *"Altera Parágrafo Único do art. 2º da Lei 11.027 de 29 de dezembro de 1994, (COMEC) incluindo os municípios de Piên e Campo do Tenente"* teve anexado os Projetos de Lei Complementar nº181/11 de autoria do mesmo nobre deputado, e ao PL Complementar nº 234/11, de autoria dos Deputados Anibelli Neto e Toninho Wandscheer, que também incluem o município de Rio Negro, além dos dois citados na súmula.

Pretendem os autores modificar a Lei nº11.027/1994, que cria a Região Metropolitana de Curitiba e cria a Autarquia COMEC, no sentido de ampliar o rol de municípios pertencentes a citada região metropolitana. Argumentam, os autores, que outros municípios que fazem parte da COMEC distam da Capital mais de 160km, como o caso de Doutor Ulysses, e que os municípios a serem inseridos tem uma distância inferior a citada e que participam mais do dia-a-dia da Região.

O Projeto de Lei complementar passou pela Comissão de Constituição e Justiça e recebeu parecer favorável e agora é chamada esta Comissão Permanente para emitir parecer. No que tange a competência de nossa Comissão é preciso salientar que há anos o IPARDES, a COMEC e outros entes apontam que a expansão da Região Metropolitana de Curitiba deve se dar no sentido sul, ou seja, no mesmo sentido em que se encontram os municípios propostos pelos autores.

Incluí-los, assim, faz parte de estudos e de apontamentos de órgãos de planejamento e também de uma vontade dos munícipes que receberão uma série de benefícios, integrando ainda mais a região e permitindo que o colar de expansão da Região seja efetivamente cumprido.

Assim como houve a anexação dos projetos de lei é necessário uma emenda modificativa no sentido de incluir no texto do parágrafo único do artigo 2º da Lei nº 11.027/1994, cuja alteração é proposta pelo artigo 1º do projeto de lei



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

complementar em tela, no sentido de incluir o município de Rio Negro, na forma da emenda em anexo.

Com certeza o projeto de lei complementar vem beneficiar a Região Metropolitana e assim deve prosperar, considerando-se a inclusão da emenda anexa.

Diante de todo o exposto somos **FAVORÁVEIS**, s.m.j., ao prosseguimento do projeto de lei complementar.

Sala das comissões, 31 de maio de 2011.

Dep. LUIZ EDUARDO CHEIDA
Relator

Dep. Toninho Wandscheer
Presidente da Comissão



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Emenda Modificativa ao PL Complementar nº045/2011

Altera-se o artigo 1º do Projeto de Lei Complementar nº045/2011, incluindo o município de Rio Negro no rol dos municípios que constituem a Região Metropolitana de Curitiba, passando o artigo a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º idem

Lei 11.027/94

Art.2º - ...

Parágrafo único. A Região Metropolitana de Curitiba é constituída pelos municípios de Curitiba, Adrianópolis, Agudos do Sul, Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do sul, Campina Grande do Sul, **Campo do Tenente**, Campo Largo, Campo Magro, Cerro Azul, Colombo, Contenda, Doutor Ulysses, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Ipa, Mairituba, **Piên**, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul, **Rio Negro**, São José dos Pinhais, Quitandinha, Tijucas do Sul e Tunas do Paraná, assim por outros municípios criados em áreas territoriais desmembradas”

Sala das sessões, 31 de maio de 2011.


Dep. LUIZ EDUARDO CHEIDA
Relator


Dep. Toninho Wandscheer
Presidente da Comissão







Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Fiscalização da ALP e Assuntos Municipais

PARECER AOS PROJETOS DE LEI Nº045/11, 181/11 E 234/11

PREFÁCIO

O Projeto de Lei nº 045/11, de autoria do Deputado Reinhold Stephanes Junior, Projeto de Lei Complementar nº 181/11, de autoria do Deputado Reinold Stephanes Junior e Projeto de Lei nº 234/11, de autoria dos Deputados Antonio Anibelli Neto e Toninho Wandscheer, todos anexos, visam respectivamente, alterar o parágrafo único do artigo 2º da Lei nº 11027/94 – COMEC, incluindo os Municípios de Piên e Campo do Tenente na Região Metropolitana de Curitiba; alterar o parágrafo único do artigo 2º da Lei nº 11027/94 – COMEC, incluindo o Município de Rio Negro na Região Metropolitana de Curitiba; incluir os Municípios de Piên e Rio Negro na Região Metropolitana de Curitiba.

DA TRAMITAÇÃO

Após pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Assuntos Metropolitanos, encaminhou-se o presente Projeto de Lei para análise nesta Comissão de mérito.

DO MÉRITO

Os Municípios de Piên e Campo do Tenente encontram-se a uma distância menor de Curitiba do que alguns municípios que fazem parte da Região Metropolitana de Curitiba.

Visando proporcionar justa integração dos trabalhadores destes municípios com a Capital do Estado, alavancar as condições de crescimento para estes municípios e toda a região, melhorar a qualidade de vida através da integração do transporte coletivo, são alguns dos vários objetivos desta matéria.

DA CONCLUSÃO

*Desta forma, chamada esta relatoria a se manifestar, entendemos ser de suma importância o teor dos mencionados projetos. Assim, manifestamo-nos pela sua **aprovação**.*

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04 de julho de 2011.

DEPUTADO NELSON GARCIA
PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER À EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 45/11

Projeto de Lei Complementar nº 45/11

Autor da emenda: Deputado Estadual Luiz Eduardo Cheida.

Súmula: Altera o Parágrafo Único do art. 2º, da Lei nº 11.207 de 29 de dezembro de 1994, (COMEC) incluindo os Municípios de Piên e Campo do Tenente.

EMENTA: OBJETIVA MODIFICAR O PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 2º DO PROJETO DE LEI 45/11. POSSIBILIDADE. ARTS. 33, 137 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei Complementar em análise, de autoria do Deputado Reinhold Stephanes Junior, altera o Parágrafo Único do art. 2º, da Lei nº 11.027 de 29 de dezembro de 1994, (COMEC) incluindo os Municípios de Piên e Campo do Tenente, sendo que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo relator Deputado Nereu Moura.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Ocorre que, na Comissão de Assuntos Metropolitanos desta Casa o referido projeto recebeu uma Emenda Modificativa, de autoria do Relator da referida Comissão, Deputado Estadual Luis Eduardo Cheida. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade da Emenda Modificativa em tela, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembléia Legislativa:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso II do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta na Comissão de Assuntos Metropolitanos.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa aquela proposição que altera mas não descaracteriza a essência do projeto.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência. (grifo nosso)

Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela **LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98.**





Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente Emenda Modificativa proposta pelo Deputado Estadual Luiz Eduardo Cheida, Relator desta emenda na Comissão de Assuntos Metropolitanos, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 30 de Agosto de 2011.


DEPUTADO ESTADUAL NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ESTADUAL NEREU MOURA
RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Projeto de Lei nº 342/11

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 25 ABR. 2011


1º Secretário

Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de sistema de aquecimento de água por energia solar e aproveitamento de águas de chuva na construção ou reforma de prédios públicos.

Art. 1º Torna obrigatória, quando da construção ou reforma de prédios públicos no Estado do Paraná, a instalação de sistema de aquecimento de água por energia solar e aproveitamento de águas de chuva consumidas na edificação.

Art. 2º Os materiais e instalações utilizadas na implantação do sistema deverão respeitar a Norma Brasileira Registrada (NBR), da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e ter sua eficiência comprovada por órgão técnico credenciado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial – INMETRO.

Art. 3º Todo edital de licitação, para obras de construção ou reforma de prédio público, trará expressamente, a obrigatoriedade da instalação de sistema de aquecimento de água por energia solar e aproveitamento de águas de chuva na edificação.

Parágrafo único. Fica isento o prédio público em que tecnicamente seja inviável a instalação do sistema, desde que tal condição seja comprovada por meio de estudo elaborado por profissional habilitado que demonstre tal inviabilidade.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 25 de abril de 2011.


LUIZ ACCORSI

Deputado Estadual


RASCA RODRIGUES

Deputado Estadual - PV



JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei tem por objetivo tornar obrigatória, quando da construção ou reforma de prédios públicos no Estado do Paraná, a instalação de sistema de aquecimento por energia solar e aproveitamento de águas de chuva consumidas na edificação.

A utilização de energia solar apresenta grandes vantagens tanto econômicas, quanto ambientais por tratar-se de uma fonte limpa e inesgotável que se delineia cada dia mais como uma das grandes soluções energéticas para o planeta. Esta nova alternativa tem crescido significativamente durante os últimos anos, devido à crise do petróleo e das hidrelétricas. Em países como Estados Unidos, Israel, Itália, França, Grécia, Alemanha, Austrália e Japão, a energia solar para o aquecimento da água já é utilizada em massa.

Da mesma forma, a utilização da água da chuva para regar hortas e jardins, lavagem do prédio, descarga de privadas, entre outras utilidades, se reveste de importância tanto econômica, quanto ambiental.

Para tanto, certos do valor da presente proposta, pedimos o apoio dos senhores e senhoras Parlamentares.

R



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA - CCJ

PROJETO DE LEI 342/2011

AUTOR: DEPUTADOS LUIZ ACCORSI E RASCA RODRIGUES

RELATOR: DEPUTADO TADEU VENERI

SÚMULA: Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de sistema de aquecimento de água por energia solar e aproveitamento de águas de chuva na construção ou reforma de prédios públicos.

EMENTA: OBRIGATORIEDADE CONSTRUÇÃO PRÉDIOS PÚBLICOS INSTALAÇÃO DE AQUECIMENTO DE ÁGUA E APROVEITAMENTO DE ÁGUA DA CHUVA. POSSIBILIDADE. ART. 53, XVII, 66, IV, CONSTITUIÇÃO ESTADO PARANÁ. ART. 24, VI, CONSTITUIÇÃO REPÚBLICA. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO.

Síntese:

A proposição n. 342/2011 sob análise desta Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) objetiva impor a "obrigatoriedade à Administração Pública de instalação de sistema de aquecimento de água por energia solar e aproveitamento de águas de chuva consumidas na edificação", quando da construção ou reforma de prédios públicos neste Estado (art. 1º).

Ainda, dispõe que todo edital de licitação trará a obrigatoriedade da instalação destes sistemas (art. 3º), e cria isenção ao prédio público que for tecnicamente inviável a aplicação destes sistemas (art. 3º, parágrafo único).



Fundamentação:

O parecer do Relator Exmo. Deputado César Cilvestri Filho opinou pela inconstitucionalidade do Projeto, em decorrência de vício de iniciativa gerada pelo ferimento à "separação dos poderes" e à competência de "iniciativa privativa do Poder Executivo".

Entretanto, em que pese a ampla fundamentação expendida pelo brilhante Deputado Relator, as imposições tratadas pela proposição objetivam direcionar o modelo de construções utilizadas em prédios públicos, visando maior sustentabilidade ambiental com menor consumo de energia.

Portanto, não interferirá na "criação, estruturação e atribuição" da Secretaria de Obras (SEOP) ou mesmo da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDU).

Isto pois a definição de material obrigatório às construções de prédios públicos, consentâneo à política ambiental paranaense e brasileira, não criará novas secretarias, não interferirá em sua estruturação e sequer definirá nova atribuição para a Secretaria de Obras (SEOP).

Ainda, confirma-se a constitucionalidade da medida em decorrência do artigo 24, VI, da Constituição Federal e do artigo 53, XVII, da Constituição do Estado do Paraná, que disciplinam a competência estadual, especificamente do **membro do legislativo**, para legislar concorrentemente em matéria ambiental, nestes termos:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

Mandato do Deputado Estadual Tadeu Veneri

Praça Nossa Sra. de Salette, s/n – 8º andar – Gabinete 805

Tel: 3350 4094 – 3254 8121 – 3253 4241 – end. eletrônico: tadeuveneri@terra.com.br

www.tadeuveneri.com.br



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

(...)

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

Art. 53. Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no art. 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:


(...)

XVII - matéria da legislação concorrente da Constituição Federal.

Desta forma, diante da constitucionalidade da medida e da boa técnica legislativa utilizada, **voto pela aprovação do Projeto de Lei 342/2011.**

É o parecer.

Sala das Comissões, 05 de julho de 2011.


Deputado Nelson Justus
Presidente



Deputado Tadeu Veneri
Relator

Mandato do Deputado Estadual Tadeu Veneri

Praça Nossa Sra. de Salete, s/n - 8º andar - Gabinete 805

Tel: 3350 4094 - 3254 8121 - 3253 4241 - end. eletrônico: tadeuveneri@terra.com.br

www.tadeuveneri.com.br


vencido
Cesar Silvestre
Maurício Lima
Otávio Ruck



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Gabinete do Deputado Elton Welter

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 342, DE 2011

Da COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE sobre o **Projeto de Lei nº 342**, de 2011, que *"Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de sistema de aquecimento de água por energia solar e aproveitamento de águas de chuva na construção ou reforma de prédios públicos."*

RELATOR: DEPUTADO ELTON WELTER

I – RELATÓRIO

O projeto em exame, de autoria dos DEPUTADOS LUIZ ACCORSI E RASCA RODRIGUES, trata da obrigatoriedade da instalação de sistema de aquecimento de água por energia solar e aproveitamento de água de chuva quando da construção ou reforma de prédios públicos. O projeto especifica que o material a ser utilizado na implantação do referido sistema deve estar de acordo com as normas brasileiras em vigor e aferidos por órgão técnico credenciado pelo Instituto Nacional de Metrologia, *Normatização* (o correto é Normalização) e Qualidade Industrial (Inmetro). Dispõe, ainda, que os editais de licitação para obras de construção ou reforma de prédios públicos façam expressa referência à obrigatoriedade de instalação de sistemas de aquecimento de água por energia solar e de aproveitamento de águas pluviais.

II – ANÁLISE DA MATÉRIA

Submetida à análise da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a matéria recebeu parecer favorável do Relator, DEPUTADO TADEU VENERI, sendo aprovada por maioria de votos, sem emendas, e remetida à Comissão de Ecologia e Meio Ambiente.

Quanto ao mérito, cumpre destacar que compete à Comissão de Ecologia e Meio Ambiente manifestar-se sobre as proposições que interfiram ou alterem o meio ambiente, assim como aquelas que pretendam dispor sobre a conservação da natureza e evitar a depredação dos recursos naturais, nos termos do disposto no Art. 33-K do Regimento Interno, acrescido pela **Resolução nº 3**, de 27 de abril de 2011 (Diário Oficial da Assembléia nº 34, de 28 de abril de 2011).

A proposição pretende tornar obrigatório o aproveitamento racional de recursos naturais e de evitar o desperdício. Revela, sobretudo, preocupação com as



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Gabinete do Deputado Elton Welter

fontes renováveis de energia disponíveis como o sol e a água. A energia solar é o recurso renovável mais importante do planeta e se apresenta como alternativa tanto para a produção de eletricidade quanto para o aquecimento de reservatórios de água. Além disso, o uso da energia solar não causa poluição e nenhum dano ao meio ambiente. Apesar de a água ocupar 70% da superfície da Terra, a maior parte, 97%, é salgada. Apenas 3% do total é água doce e, desses, apenas 0,01% vai para os rios, ficando disponível para uso. O restante está em geleiras, icebergs e em subsolos muito profundos.

Lembre-se aqui que o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), agência do Sistema das Nações Unidas (ONU) responsável por promover a conservação do meio ambiente e o uso eficiente de recursos no contexto do desenvolvimento sustentável, idealizou o Programa Regional sobre Consumo e Produção Sustentável para a América Latina e Caribe, que vem impulsionando diversas atividades e projetos, entre os quais o das chamadas "Construções Sustentáveis".

Por outro lado, como resultado de protocolo firmado entre o Inmetro, o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel) e a Associação Brasileira de Refrigeração, Ar Condicionado, Ventilação e Aquecimento (Abrava), foi instituído no País o Programa de Qualificação de Fornecedores de Sistemas de Aquecimento Solar – Qualisol. O objetivo é o de aumentar o conhecimento de fornecedores em relação ao aquecimento solar e a qualidade das instalações. Assim, se ao menos os prédios públicos economizarem energia e aproveitarem água de chuva, já se terá um considerável ganho para o meio ambiente.

No que diz respeito a aspectos técnicos, necessário realizar alterações em dispositivos do PL nº 342. Mais de uma ABNT NBR - sigla de Norma Brasileira aprovada pela ABNT -, e não Norma Brasileira Registrada, deverá ser observada em vista do disposto no art. 2º do projeto. Além disso, a **Medida Provisória nº 541**, de 2 de agosto de 2011, que "*Dispõe sobre o Fundo de Financiamento à Exportação, altera as Leis nºs 12.096, de 24 de novembro de 2009, 11.529, de 22 de outubro de 2007, 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e dá outras providências*", publicada no Diário Oficial da União de 3 de agosto de 2011, alterou a denominação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial para Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO (art. 10), e ampliou as competências que lhe eram atribuídas.

III – VOTO

Objetivando o aprimoramento da iniciativa, o voto é pela aprovação do PL nº 342, de 2011, nos termos do seguinte:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Gabinete do Deputado Elton Welter

SUBSTITUTIVO GERAL

Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de sistema de aquecimento de água por energia solar e aproveitamento de águas de chuva na construção ou reforma de prédios públicos.

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de sistema de aquecimento de água por energia solar e aproveitamento de águas de chuva na construção ou reforma de prédios públicos.

Art. 2º É obrigatória, quando da construção ou reforma de prédios públicos no Estado do Paraná, a instalação de sistema de aquecimento de água por energia solar e de aproveitamento de águas de chuva a serem consumidas na edificação.

Art. 3º Os materiais e instalações utilizadas na implantação do sistema deverão respeitar as Normas Brasileiras (NBR's) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e ter sua eficiência comprovada por órgão técnico credenciado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO).




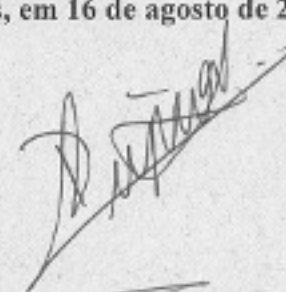
Art. 4º Todo edital de licitação de obras de construção ou reforma de prédio público mencionará, expressamente, a obrigatoriedade de instalação de sistema de aquecimento de água por energia solar e aproveitamento de águas de chuva.

Parágrafo único. A obrigação prevista neste artigo não se aplica quando, por meio de estudo elaborado por profissional habilitado, ficar comprovada a inviabilidade técnica de instalação do sistema.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 16 de agosto de 2011.



DEPUTADO ELTON WELTER
RELATOR






COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA - CCJ

PROJETO DE LEI 342/2011

AUTOR: DEPUTADOS LUIZ ACCORSI E RASCA RODRIGUES

RELATOR: DEPUTADO TADEU VENERI

PARECER ACERCA DO SUBSTITUTIVO GERAL

SÚMULA: Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de sistema de aquecimento de água por energia solar e aproveitamento de águas de chuva na construção ou reforma de prédios públicos.

EMENTA: EMENDA EM COMISSÃO. MANUTENÇÃO TEOR E CONSTITUCIONALIDADE DA PROPOSIÇÃO. EMENDA CONSTITUCIONAL E ADEQUADA AO REGIMENTO. APROVAÇÃO.

Síntese da tramitação:

A proposição n. 342/2011 foi aprovada nesta Comissão de Constituição e Justiça e posteriormente recebeu substitutivo geral na Comissão de Ecologia e Meio Ambiente.



Fundamentação:

A alteração proposta pelo Relator da proposição na Comissão de Ecologia e Meio Ambiente encontra guarida regimental, conforme previsão dos artigos 51, 137 e 141¹.

A alteração proposta na Comissão de Ecologia e Ambiente no tocante à denominação do órgão certificador de qualidade técnica é pertinente e de competência exclusiva do referido colegiado.

Sua matéria não foi alterada substancialmente, portanto persiste a constitucionalidade originária da proposição.

Desta forma, diante da constitucionalidade da medida e da adequação regimental e técnica da emenda, **voto pela aprovação**


¹ Art. 51. O membro da comissão a que for distribuída qualquer matéria terá o prazo de dez dias para apresentação de seu parecer escrito. (...) § 3º Logo após o parecer do Relator, ou mesmo antes de sua leitura desde que em Pauta, qualquer dos membros da comissão, assim como qualquer Deputado poderá encaminhar emenda ao Projeto. § 4º Recebida a emenda, o Relator emitirá seu parecer. Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas. § 1º Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte de outra. § 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto. § 3º Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta à outra. § 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência. § 5º Não será admissível emenda substitutiva ou aditiva que não tenha relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal. § 6º A Mesa fará publicar, na ata dos trabalhos da Assembleia, qualquer emenda que houver sido recusada com fundamento no parágrafo anterior. § 7º As emendas modificativas poderão ser ampliativas, restritivas ou corretivas: I – emenda ampliativa é a que estende, a outra pessoa ou objeto, a disposição a que se refere; II – emenda restritiva é a que diminui a extensão da disposição que modifica; III – emenda corretiva é a que não modifica a substância da disposição a que se refere, mas apenas a redação. § 8º A separação, em duas ou mais partes, de qualquer artigo, parágrafo, inciso ou alíneas de sua proposição, será para efeito de sua votação, considerada emenda supressiva. § 9º A emenda à redação final só será admitida para evitar incorreção, incoerência, contradição ou absurdo manifesto. Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades: (...) II – nas Comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento.

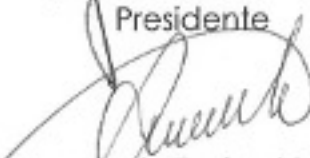


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
do substitutivo geral ao Projeto de Lei 342/2011 para que prossiga sua
regular tramitação.

É o parecer.

Sala das Comissões, 05 de setembro de 2011.


Deputado Nelson Justus
Presidente


Deputado Tadeu Veneri
Relator





Mandato do Deputado Estadual Tadeu Veneri

Praça Nossa Sra. de Salette, s/n - 8º andar - Gabinete 805

Tel: 3350 4094 - 3254 8121 - 3253 4241 - end. eletrônico: tadeuveneri@terra.com.br

www.tadeuveneri.com.br



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 342/11

Projeto de Lei nº 342/11

Autor: Deputados Luiz Accorsi e Rasca Rodrigues

Súmula: Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de sistema de aquecimento de água por energia solar e aproveitamento de águas de chuva na construção ou reforma de prédios públicos.

I - PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria dos Deputados Luiz Accorsi e Rasca Rodrigues, tem por finalidade principal tornar obrigatória a instalação de sistema de aquecimento de água por energia solar e aproveitamento de águas de chuva na construção ou reforma de prédios públicos no Estado do Paraná, conforme cita o artigo 1º do referido projeto.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado como relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 342/11**, na qual passo a relatar:

Após análise constitucional aprovada pela CCJ, amparado a uma maior sustentabilidade ambiental e menor consumo de energia apresentada, não restam dúvidas, no que tange o mérito da matéria, nos reportar aos benefícios que esta lei trará ao meio ambiente, sem que para isso haja interferências na estruturação das Secretarias de Estado.

Cumpra a nós destacar que compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos, nos termos do disposto no **Art. 33, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis**.

É de comum acordo que as atividades e obras realizadas pela sociedade nos dias de hoje, visem não prejudicar o meio ambiente, optando pelo uso racional de métodos que vão de encontro ao benefício único e exclusivo de valorização humana.

Esta proposta, apresentada em forma do **PL 342/11** ganha peso e méritos indiscutíveis ao vir de encontro a uma das maiores preocupações do homem nos dias de hoje: a preservação do nosso planeta. Em sua composição, o projeto sugere fontes alternativas para captação e reaproveitamento de água nas edificações públicas estaduais, promovendo desta forma uma conscientização e trabalhos fortes de combate ao desperdício quantitativo de água no Paraná.

O Art. 225 da Constituição Federal determina que "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações". **(Constituição Federal, Art. 225, Inc. VI)**

Sito o posto, restam evidente grandes benefícios no que tange o mérito desta matéria.

III - VOTO DO RELATOR

Pelos motivos ora relatados, e não havendo nada que possa obstruir a deliberação e tramitação do Projeto em tela, apresento minha demonstração **favorável ao Projeto de Lei nº 342/11**.

Baseando-se no artigo 1º da Constituição Estadual, no que se refere às disposições preliminares do Estado do Paraná, relevo o Inciso IX como embasamento de meu parecer, no que cita em um dos objetivos principais proclamados e assegurados pelo Estado: "*A Defesa do meio ambiente e da qualidade de vida*". **(Art. 1º, Inciso IX da Constituição do Estado do Paraná)**.

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar da preservação do meio ambiente como um ponto essencial e da busca por mecanismos que facilitem tal preservação. Isto posto justifica-se que tanto na Esfera Estadual como Federal, um dos pontos de

maior abrangência e preocupação é a preservação do meio ambiente e a busca de mecanismos como estes que permitam e facilitem tais procedimentos.

Desta forma e pelos benefícios tratados, opto pela **Aprovação** do referido **Projeto de Lei 342/11**, em sua forma apresentada.

IV - CONCLUSÃO

Verificado e analisado o relatório apresentado pelo Nobre Relator do Projeto de Lei nº 342/11, os Deputados que compõem a Comissão de Obras Públicas, Transporte e Comunicação, acompanham o voto do relator e manifestam-se pela **Aprovação** do referido projeto em tela.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das sessões em 19 de setembro de 2011.



MARCELO RANGEL

Presidente da Comissão



FRANCISCO BUHRER

Relator





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Deputado Aníbal Khury

PROJETO DE LEI Nº 386/11



Súmula: Institui no calendário oficial do Paraná, a ser realizado anualmente, na sexta-feira anterior a Sexta-feira Santa, o Dia do "Projeto Vida por Vidas".

Art. 1º - Fica instituída no calendário oficial do Estado do Paraná, a ser realizado anualmente, na sexta-feira anterior a Sexta-feira Santa, o Dia do "**Projeto Vida por Vidas**".

Art. 2º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 09 de maio de 2.011.


Deputado PARANHOS

JUSTIFICATIVA

Dedicar no calendário oficial do estado do Paraná uma data comemorativa ao Projeto "**Vida por Vidas**" é um simples reconhecimento ao extraordinário trabalho desenvolvido de mobilização para doação de sangue que beneficia milhares de pessoas, tendo a frente à Igreja Adventista do Sétimo Dia.

Diante do exposto, esperamos o apoio e aprovação dos nobres pares desta Casa de Leis, para a presente proposição.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI 386/11

Projeto de Lei nº 386/11

Autor: Deputado Estadual Paranhos

Súmula: Institui no Calendário Oficial do Paraná, a ser Realizado Anualmente, na Sexta-Feira anterior a Sexta-Feira Santa, o Dia do "Projeto Vida Por Vidas".

EMENTA: INSERE NO CALENDÁRIO ESTADUAL O DIA ESTADUAL DO PROJETO VIDA POR VIDAS. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE DO ESTADO PARA LEGISLAR SOBRE CULTURA E FOMENTA-LA, ARTS. 24, X E 215, CAPUT, INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, ART 65 e 190 da CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Paranhos, objetiva inserir no Calendário Estadual o dia do "Projeto vida por Vidas", a ser comemorado anualmente, na Sexta-Feira anterior a Sexta-Feira Santa.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL dispõe, em seu artigo 24, X, que é de competência da União, Estados e Municípios legislar concorrentemente sobre cultura, sendo, ainda, conforme estabelece o artigo 215, caput, de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 24, caput, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX – educação, cultura, ensino e desporto.

(...)

Art. 215, caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Conforme estabelece a CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, em seu artigo 190, caput, a cultura é de direito de todos e deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, Estaduais e Municipais, senão vejamos:

Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada,



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

defendida e preservada pelos Poderes Públicos, estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando a realização dos valores essenciais da pessoa.

A própria Constituição Federal já define o conteúdo do patrimônio cultural brasileiro como os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira; estabelece a obrigatoriedade do poder público, com a colaboração da comunidade, de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas¹.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembléia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)
Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao

¹ DE MORAES, Alexandre. *Direito Constitucional*. Ed. Atlas: São Paulo, 2007. 22ª. ed. pg 808.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

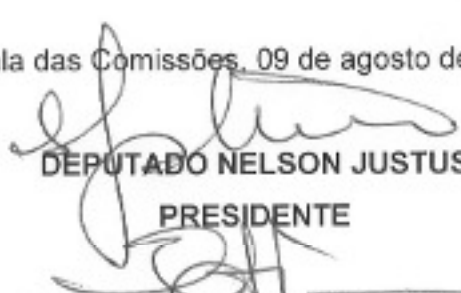
Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça,
ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos
casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)


Desta forma, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais, não estando previamente inserido no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 09 de agosto de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK
RELATOR



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 386/11

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Deputado Leonaldo Paranhos, que objetiva instituir no calendário oficial do Paraná, a ser realizado anualmente, na sexta-feira, anterior a Sexta-feira Santa, o Dia do "Projeto Vida por Vidas".

A Douta Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se favoravelmente ao presente Projeto, nos aspectos de constitucionalidade, legalidade, legitimidade e técnica legislativa.

Chamada esta Comissão a se manifestar de acordo com o Art. 33 do Regimento Interno, não encontramos óbice que o impeça de seguir sua normal tramitação nesta Casa de Leis, razão pela qual opinamos pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 30 de Agosto de 2011.

Deputado TADEU VENERI

Presidente

Deputado WALDYR PUGLIESI

Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khuri

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 386/2011

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Estadual Paranhos, que objetiva inserir no Calendário Estadual o dia do "Projeto vida por Vidas", a ser comemorado anualmente, na Sexta-Feira anterior a Sexta-Feira Santa.

A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável, da mesma forma manifestou-se a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, opinando pela normal tramitação do projeto.

Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos indiscutíveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta tem por objetivo abrigar o excelente programa desenvolvido pela Igreja Adventista do Sétimo Dia de mobilização para a doação de sangue voluntária que beneficia milhares de pessoas.

Isto posto, opinamos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 20 de setembro de 2011.


DR. BATISTA
Presidente


MARLA TURECK
Relatora





EMENDA 01
PLENÁRIO
DAS 10/10/11
BS

EMENDA MODIFICATIVA
Ao Projeto de Lei nº 386/11

O art. 1º do Projeto de Lei nº 386/11, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica instituído no calendário oficial do Estado do Paraná, a ser realizado anualmente, no sábado anterior a Sexta-Feira Santa, o “Dia do Projeto Vida por Vidas”.”

Sala das Sessões, 10 de outubro de 2011.

PARANHOS
Deputado Estadual - PSC

[Assinatura]
NREU MOURA
2

[Assinatura]
Ezio VERRI
3

[Assinatura]
LUCIANA RIBEIRO
4

[Assinatura]
Atelino Ribeiro
5



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

ANÁLISE À EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 386/11

Projeto de Lei nº 386/11

Autor da emenda: Deputado Paranhos.

Súmula: Institui no calendário oficial do Paraná, a ser realizado anualmente, na sexta-feira, anterior a sexta-feira santa, o dia do "Projeto Vida por Vidas".

EMENTA: OBJETIVA ALTERAR O DIA ESTABELECIDO NO ARTIGO 1º DO PROJETO DE LEI 386/11. POSSIBILIDADE. ARTS. 33, 137 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. ANÁLISE PRÉVIA PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Deputado Paranhos, tem como objetivo instituir no calendário oficial do Paraná, a ser realizado anualmente, na sexta-feira, anterior a sexta-feira santa, o dia do "Projeto Vida por Vidas", sendo que recebeu parecer favorável da Comissão de



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo relator Deputado Estadual Pastor Edson Praczyk.

Ocorre que, quando da segunda discussão em Plenário o referido projeto recebeu uma Emenda Modificativa de autoria do Deputado Estadual Paranhos. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

Verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a referida emenda foi proposta no início da 2ª Discussão em Plenário e apoiada por cinco Deputados.

O Regimento Interno, em seu art. 137, caput, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, conforme pode ser devidamente observado:

Art. 137 As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

...

§ 4o Emenda modificativa é a proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

(grifos nossos)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

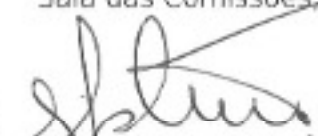
Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

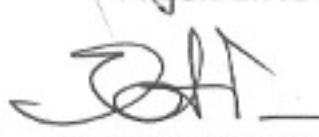
Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela **LEI COMPLEMENTAR N° 95/98**.




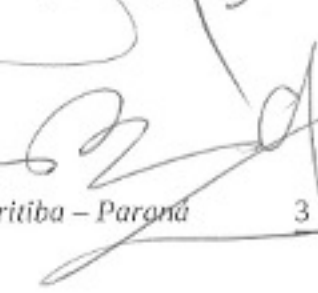

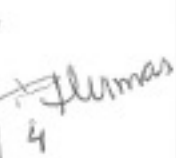
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da referida Emenda Modificativa proposta pelo Deputado Estadual Paranhos, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 25 Outubro de 2011.


NELSON JUSTUS 2
PRESIDENTE


PR. EDSON PRACZYK 2
RELATOR







Praça Nossa Senhora da Salette s/n° - Centro Cívico - Curitiba - Paraná 3



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 30 MAR. 2011

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 252/11

EMENTA: Insere no Roteiro Turístico Oficial do Estado do Paraná, o "Parque Histórico de Carambei".

Art. 1º Fica inserido no Roteiro Turístico Oficial do Estado do Paraná, o Parque Histórico de Carambei, no Município de Carambei, Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

NEY LEPREVOST
DEPUTADO ESTADUAL

JUSTIFICATIVA:

Em 1911, teve início nos Campos Gerais um bem sucedido movimento migratório holandês. Sediados em áreas da antiga Fazenda Carambhey os primeiros imigrantes plantaram as sementes de uma comunidade que prosperou e foi essencial na formação do Município de Carambei. A experiência holandesa na agricultura e na pecuária contribuiu para acelerar o desenvolvimento dessa comunidade e impulsionou a produção de laticínios, mais uma característica dessa cultura européia.

A Associação do Parque Histórico de Carambei em conjunto com empresas privadas, planejam a ampliação da estrutura existente com a constituição de um espaço cultural que seja símbolo da história e ferramenta do futuro.

Em uma área de 100.000 m2, contínuo ao espaço da Casa da Memória, que será seu ponto central, o Parque Histórico de Carambei terá uma infraestrutura cultural multiuso, que servirá como equipamento educativo para os cidadãos da região, bem como destino turístico cultural para visitantes de todo o mundo.

Portanto a necessidade de inclusão deste local no Roteiro Oficial é facilmente constatável, ao que solicitamos o apoio dos nobres Parlamentares para a sua aprovação.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 252/11

Projeto de Lei nº 252/11

Autor: Deputado Estadual Ney Leprevost

Súmula: Insere no Roteiro Turístico Oficial do Estado do Paraná, o "Parque Histórico de Carambei".

EMENTA: INSERE NO ROTEIRO TURÍSTICO O PARQUE HISTÓRICO DE CARAMBEI. POSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE DO ESTADO PARA LEGISLAR SOBRE CULTURA E FOMENTA-LA, ARTS. 24, X E 215, CAPUT, INICIATIVA PARLAMENTAR AFERIDA, ART 65 e 190 da CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Ney Leprevost, objetiva inserir no Roteiro Turístico Oficial do Estado do Paraná o "Parque Histórico de Carambei", tendo como finalidade a sua grande importância para o Município de Carambei.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** dispõe, em seu artigo 24, X, que é de competência da União, Estados e Municípios legislarem concorrentemente sobre cultura, sendo, ainda, conforme estabelece o artigo 215, caput, de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 24, caput, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX – educação, cultura, ensino e desporto.

(...)

Art. 215, caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Conforme estabelece a **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**, em seu artigo 190, caput, a cultura é de direito de todos e deve ser estimulada, valorizada,



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

defendida e preservada pelos Poderes Públicos, Estaduais e Municipais, senão vejamos:

Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando a realização dos valores essenciais da pessoa.

A própria Constituição Federal já define o conteúdo do patrimônio cultural brasileiro como os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira; estabelece a obrigatoriedade do poder público, com a colaboração da comunidade, de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas¹.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembléia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)
Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

•

¹ DE MORAES, Alexandre. *Direito Constitucional*. Ed. Atlas: São Paulo, 2007. 22ª. ed. pg 808.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)


Desta forma, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais, não estando previamente inserido no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 21 de junho de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JÚNIOR
RELATOR



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Professor Lemos

COMISSÃO DE TURISMO

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 252/2011

SÚMULA: INSERE NO ROTEIRO TURÍSTICO OFICIAL DO ESTADO DO PARANÁ O "PARQUE HISTÓRICO DE CARAMBEÍ/PR".

Projeto de Lei nº 296/11

Autoria: Dep. Ney Leprevost

O presente Projeto de Lei tem por objetivo inserir no Roteiro Turístico Oficial do Estado do Paraná o "Parque Histórico de Carambeí/PR".

Previamente analisado pela Comissão de Constituição e Justiça em junho/11 sob os aspectos da Legalidade e Constitucionalidade, esta opinou pela sua aprovação.

Após Parecer Favorável exarado em definitivo pela Comissão de Constituição e Justiça sob os aspectos da Constitucionalidade, Legalidade e Técnica Legislativa, encaminhou-se o referido Projeto, igualmente, para análise e Parecer desta Comissão de Turismo, com designação deste Deputado para relatar.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná


Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Professor Lemos

CONCLUSÃO

Analisando a Proposição em tela sobre os aspectos relativos à necessidade, oportunidade, conveniência e relevância da matéria tratada, entendendo a importância para o Estado do Paraná, referente a matéria em tela.

Pelo exposto, chamada esta Relatoria a se manifestar, diante da possibilidade de inserção do Parque Histórico de Carambel/PR no Roteiro Turístico Oficial do Estado do Paraná, EMITIMOS, no prazo regimental, PARECER FAVORÁVEL e somos pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei na forma apresentada.


Presidente - Aníbal Khury Neto
Sala das Comissões, 15 de agosto de 2011.


Deputado Professor Lemos

Relator Designado







Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Cívico Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 252/2011

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Ney Leprevost, tem por objeto incluir no Roteiro Turístico Oficial do Estado do Paraná, o "Parque Histórico de Carambeí-PR".

Em face do caráter do objeto do presente projeto de lei possuir um relevante interesse coletivo, como é o desenvolvimento turístico do Estado, opino favoravelmente à aprovação do presente Projeto de Lei.


Portanto, em face do exposto e conforme o parecer da CCJ, oferecemos PARECER FAVORÁVEL, recomendando a sua aprovação.

Curitiba, 29 de agosto de 2011.



DEPUTADO JONAS GUIMARÃES

RELATOR



DEPUTADO LUIZ EDUARDO CHEIDA

PRESIDENTE



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE CULTURA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 252/11

I – SÍNTESE FÁTICA

O ilustre Deputado Ney Leprevost, do Partido Progressista, apresentou o presente Projeto de Lei, inserindo no Roteiro Turístico Oficial do Estado do Paraná o Parque Histórico de Carambei.

Após criteriosa análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do ilustre Deputado Hermas Brandão Júnior, o Projeto foi aprovado, ante a ausência de vício constitucional de ordem formal e/ou material.

Ato contínuo, o projeto foi enviado à Comissão de Turismo, recebendo parecer favorável, com a relatoria do Deputado Professor Lemos. Após, o projeto foi enviado à Comissão de Ecologia e Meio Ambiente e, da mesma forma, recebeu parecer favorável à sua tramitação.

Desse modo, caberá a análise desta Comissão de Cultura acerca do mérito deste Projeto, merecendo aprovação também nesta comissão, consoante se passará a demonstrar.

II – MÉRITO

Pois bem, segundo estabelece o art. 33-R do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, cabe à Comissão de Cultura a análise de proposições que versem sobre desenvolvimento cultural, arqueológico, artístico e ao patrimônio histórico.

Portanto, a competência desta Comissão para a análise do projeto é evidente, na medida em que o mesmo versa sobre a inserção do Parque



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

Histórico de Carambei no Roteiro Turístico Oficial do Estado do Paraná, o que contribui de maneira fundamental para a propagação de atividades culturais que são inerentes à colonização brasileira, uma vez que o Parque em questão é uma homenagem à imigração Holandesa ao nosso país.

Além disso, este Projeto concretiza o que está disposto na Constituição Brasileira, ou seja, na norma fundamental do Estado Brasileiro. Isso porque a Lei Fundamental da República Federativa do Brasil – Constituição Federal de 1988 –, já em seu preâmbulo, estabeleceu como valores supremos de nossa sociedade a fraternidade e o pluralismo. Tais características devem ser interpretadas de maneira ampla, de modo a concretizar o verdadeiro espírito do constituinte brasileiro de 1988: o multiculturalismo, com a conseqüente valorização das manifestações das diversas culturas no território nacional.

Aliás, isso fica ainda mais evidente da leitura do art. 215 do texto Constitucional, *in verbis*:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Aliás, é de suma importância que o Legislativo, em sua atividade, atue para valorizar o patrimônio cultural material e imaterial. No Parque objeto desta lei, a cultura é valorizada nas duas formas referidas acima, tendo em vista que abrange belezas eminentemente naturais – patrimônio material – bem como a cultura de um povo que imigrou para o Brasil, escolhendo nosso país como pátria – patrimônio material.

Desse modo, a proposição por certo que contribuirá, também, com a promoção da cultura ambiental e arqueológica, posto que o Poder Público do Paraná poderá utilizar tal Parque para propagar determinadas atividades que contribuirão para a conscientização dos cidadãos acerca da importância do meio ambiente e arqueológico do Paraná, além de conscientizar e incentivar a tolerância



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

com os povos que tanto ajudaram no processo cultural brasileiro, em especial no Estado do Paraná.

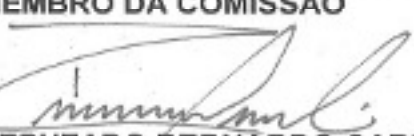
III – CONCLUSÃO

Pelo exposto acima, o parecer deste relator opina pela aprovação do presente Projeto de Lei, posto que está em absoluta consonância com o ordenamento jurídico brasileiro e paranaense.

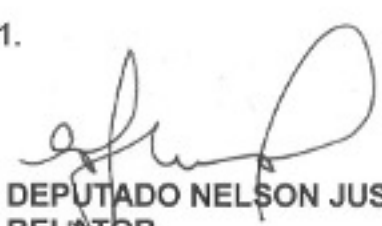
Curitiba, 25 de outubro de 2011.


DEPUTADO PÉRICLES DE HOLLEBEN MELLO
PRESIDENTE



DEPUTADO RASCA RODRIGUES
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADA MARLA TURECK
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADO BERNARDO CARLI
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADO NELSON JUSTUS
RELATOR


DEPUTADO CAIO QUINTANA
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADO TERUO KATO
MEMBRO DA COMISSÃO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

GABINETE DEPUTADO ESTADUAL PASTOR EDSON PRACZYK

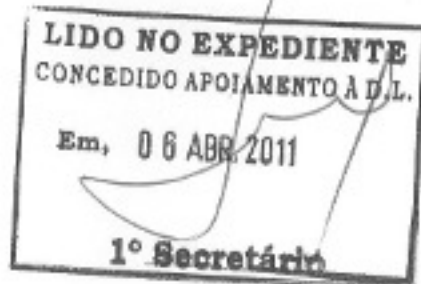
"A diferença que vem de Deus" MI 3:18

D.L.

Fls. 01

PROJETO DE LEI nº

291/11



Súmula: Estabelece a obrigatoriedade dos Hospitais do Estado do Paraná a afixar, em lugar visível, a lista dos médicos plantonistas e do responsável pelo plantão.

Art. 1º Ficam os hospitais, casas de saúde, pronto-socorros e ambulatórios localizados no Estado do Paraná, obrigados a divulgar em local visível, nas entradas principais e de acesso ao público, o nome completo do médico, número do registro profissional, especialidade, bem como, os nomes dos responsáveis administrativos e dos médicos responsáveis pela chefia de plantão, além dos dias e horários dos plantões médicos.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06 de abril de 2011.

PR. EDSON PRACZYK

Deputado Estadual / PRB

127 06/04/2011 08:17:43 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

GABINETE DEPUTADO ESTADUAL PASTOR EDSON PRACZYK

"A diferença que vem de Deus" MI 3:18

Fls. 02

JUSTIFICATIVA:

Considerando que o público em geral tem necessidade de saber quem são os médicos responsáveis pelas chefias de plantão, bem como, quais são os médicos plantonistas e suas respectivas especialidades, é de suma importância tal divulgação através de painel nas entradas principais e de acesso ao público nos hospitais, Casas de Saúde, pronto-socorros e ambulatórios localizados no Estado do Paraná.

Tal proposição representa significativa melhoria na qualidade dos serviços, de saúde pública, prestados à população paranaense.

Há também de se destacar a existência de inúmeras queixas de que o problema da saúde seria resolvido com o aumento de verbas públicas, no entanto a falta de controle dos plantões médicos figura como um dos principais responsáveis pela defasagem da saúde pública.

Os recentes casos dos falsos médicos, que estarreceram a opinião pública, deixa claro que há trocas irregulares de plantão, muitas vezes por profissionais não habilitados.

Não são poucas as vezes em que o cidadão, necessitado de um atendimento médico adequado, não consegue ser atendido com êxito no nosso estado e no nosso país, pela ausência de profissionais que deveriam naquele momento estar nas unidades de saúde.

A proposta deste Projeto de Lei, é possibilitar maior transparência e democratização do acesso a informação, através da exigência de quadros afixados nas salas de espera de todos os hospitais, prontos-socorros e unidades básicas de saúde que contenham dados como nome completo do médico, número do registro profissional, especialidade, além dos dias e horários dos plantões. Desta forma, o cidadão terá os instrumentos e as informações necessária para fazer valer os seus direitos quando se deparar com alguma situação que fere a garantia à saúde.

Além de possibilitar aos usuários o conhecimento de nomes e dados dos profissionais escalados, tal medida auxiliará também as equipes médicas que terão acesso rápido e fácil aos colegas que estão de plantão

O projeto apenas reforça alguns princípios basilares da administração pública que pregam pela fiscalização, transparência e controle social.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

GABINETE DEPUTADO ESTADUAL PASTOR EDSON PRACZYK

"A diferença que vem de Deus" MI 3:18

D. L.

Fla. 03

Certamente haverá diminuição do número de ausências dos médicos após a divulgação dos seus dados aos pacientes. A publicidade e a transparência dos dados, através de quadros afixados nas salas de espera de todas as unidades públicas de saúde, fará com que a população carente, sem acesso à internet, possa reivindicar pelos seus direitos e maximizar, assim, os resultados positivos já obtidos com a ação do Governo Estadual.

Dessa forma, com fulcro no artigo 53 "caput" e inciso X que assim dispõe: ***"Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no art. 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:***

X – criação, e definição de atribuições das Secretarias de Estado".

E diante do exposto, solicito o apoio dos nobres Pares desta Augusta Casa de Leis, para a aprovação do presente projeto de lei.



PARECER AO PROJETO DE LEI N. 291/2011
DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

AUTORIA: DEPUTADO EDSON PRACZYK

SÚMULA: "Estabelece a obrigatoriedade dos Hospitais do Estado do Paraná a afixar, em lugar visível, a lista dos médicos plantonistas e do responsável pelo plantão".

EMENTA: REAPRESENTAÇÃO DE PROJETO. SAÚDE. LISTA DOS MÉDICOS PLANTONISTAS EM LUGAR VISÍVEL. PARECER FAVORÁVEL.

I. RELATÓRIO

O presente parecer tem por objeto a análise do Projeto de Lei nº 291/2011, de autoria do ilustre Deputado Edson Praczyk, o qual dispõe sobre a obrigatoriedade dos Hospitais do Estado do Paraná a afixar em lugar visível a lista dos médicos plantonistas e do responsável pelo plantão.

É consabido, cabe à Comissão de Constituição e Justiça, de acordo com o Regimento Interno desta Casa, em seu artigo 33, §2º, manifestar-se sobre todas as proposições quanto ao seu aspecto constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa.



II. VOTO

Inicialmente, cumpre gizar o artigo 66, estabelece como competência privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre as Secretarias de Estado:

Art. 66 – Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

IV – criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgão da administração pública. (Grifo nosso).

Nesse sentido o projeto de lei em análise não possui a finalidade de criação, estruturação ou atribuição de competência das Secretarias de Estado, mas, tão somente visa destinar segurança àqueles pacientes atendidos nos plantões médicos dos hospitais do Estado do Paraná, demonstrando através de listagem fixada em local visível, nome dos médicos responsáveis, haja vista tantos acontecimentos ocorridos no Brasil nos últimos tempos acerca de médicos falsos.

A Constituição Federal também prevê em seu artigo 24, que “Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:”

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde; (...)

Deste modo tratando do tema relativo à competência



legislativa, concorrente, a Carta Política, em seu art. 24 e parágrafos, limitou a União ao estabelecimento de normas gerais, reservando aos Estados e ao DF a possibilidade de legislar atendendo às suas peculiaridades.

Também, diante da análise da legitimidade e competência para propositura do projeto de lei, a teor do artigo 124 do RI, o Projeto de Lei em comento não está dentre as matérias privativas do Executivo.

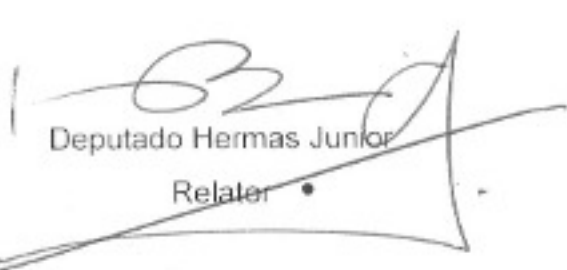
Quanto à técnica legislativa, não há qualquer restrição.

III. PARECER



Assim sendo, o Projeto de Lei em comento, sob os aspectos constitucionais, jurídicos e legais, merece análise favorável.

Sala das Comissões, em 10 de maio de 2011.


Deputado Nelson Justus
Presidente


Deputado Hermas Junior
Relator

Gabinete Deputado Hermas Junior
Praça Nossa Senhora de Salette s/n, Curitiba / PR CEP: 80530-911
Gabinete 302 – Fone/Fax (41) 3350-4074 – (41)3350-4170
Site: www.hermasjunior.com.br e-mail: contato@hermasbrandaojr.com.br





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 291/2011

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Nereu Moura que ficam os hospitais, casas de saúde, pronto-socorros e ambulatórios localizados no Estado do Paraná, obrigados a divulgar em local visível, nas entradas principais e de acesso ao público, o nome completo do médico, número do registro profissional, especialidade, bem como, os nomes dos responsáveis administrativos e dos médicos responsáveis pela chefia de plantão, além dos dias e horários dos plantões médicos.

A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos indiscutíveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta tem por objetivo a transparência no acesso de informações, através de quadros afixados nas salas de espera de todos os hospitais, pronto-socorros e unidades básicas de saúde que contenham dados como nome completo do médico, número do registro profissional. Desta forma, o cidadão terá os instrumentos e as informações necessária para fazer valer os seus direitos quando deparar com alguma situação que fere a garantia à saúde.

Isto posto, opinamos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, 06/07/11


DR. BATISTA
Presidente


Nereu Moura
Relator

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura



COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Presidente: Deputado Leonaldo Paranhos
Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro
Membros Titulares: Deputado Cleiton Kielse - Deputado Nereu Moura
Deputado Pedro Lupion - Deputada Rose Litro - Deputado Péricles de Melo

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Parecer ao Projeto de Lei n. 291/2011

Com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Saúde, veio o Projeto para parecer desta Comissão de Defesa do Consumidor:

Com efeito, o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná assevera que:

Art. 33-P Compete à Comissão de Defesa do Consumidor manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas à violação dos direitos do consumidor.

Neste sentido, propõe o Deputado Estadual PR Edson Praczyk a obrigatoriedade legal "dos hospitais do Estado do Paraná a afixar, em lugar visível, a lista dos médicos plantonistas e do responsável pelo plantão".

Assim, esta Comissão está de acordo com a justificativa apresentada pelo Deputado proponente, de que a ciência por parte dos consumidores do nome dos médicos responsáveis pelo atendimento nos hospitais trará segurança quanto à um melhor atendimento e responsabilização.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Presidente: Deputado Paranhos

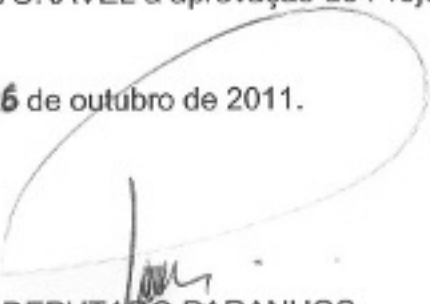
Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro

Membros Titulares: Deputado Cleiton Kielse, Deputado Nereu Moura, Deputado Pedro Lupion, *Vis.*
Deputado Péricles de Holleben Mello e Deputada Rose Litro




Assim, é o parecer FAVORÁVEL à aprovação do Projeto de Lei nº 291/2011.

Sala das Comissões, 26 de outubro de 2011.



DEPUTADO PARANHOS

Presidente



DEPUTADO PÉRICLES DE HOLLEBEN MELLO

Relator






PROJETO DE LEI Nº 376 /2011



Súmula: Obriga a adoção de medidas de segurança que evitem a troca de sangue em casos de transfusão nas dependências de hospitais públicos ou privados, casas de saúde e maternidade, no âmbito do estado do Paraná e dá outras providências.¹

Art. 1º Ficam os hospitais, casas de saúde e maternidades públicas ou privadas, no âmbito do Estado do Paraná, obrigadas a adotarem as seguintes medidas de segurança, além das já previstas na Resolução RDS 153/ 2004, que evitem a troca do tipo sanguíneo em caso de transfusão.

Art. 2º Para consecução dos objetivos do artigo anterior definem-se como medidas de segurança:

I - assinatura de um termo de concordância dos familiares de 1º grau assentindo com a tipagem sanguínea a ser utilizada para a transfusão, o que não exime o médico atendente da responsabilidade, obrigações e combinações previstas na Resolução-RDC n 153/2004, bem como a clínica, o hospital, enfim qualquer órgão em que o receptor esteja baixado;

II - em caso de negativa dos familiares com relação ao tipo sangüíneo, torna-se obrigatória nova coleta para a realização da contraprova;

III - em casos de extrema urgência e não se conseguindo a comunicação com um dos familiares, o procedimento far-se-á mediante compromisso assinado pelo médico atendente, do responsável pelo laboratório e do banco de sangue, afirmando que o sangue a ser utilizado é compatível com o do paciente nos termos da resolução citada no inciso I.

Art. 3º As instituições referidas no artigo 1º desta lei terão o prazo de 90 (noventa) dias para o cumprimento ao disposto na presente lei.

¹ Reedição do PL 738/2005 Arquivado por motivo do Art. 273 do RI da ALEP – encerramento de legislatura, com fulcro no art. 126 do Regimento Interno - RI.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03 de maio 2011.


ARTAGÃO JUNIOR
DEPUTADO ESTADUAL



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



JUSTIFICATIVA:

O Projeto de Lei nº 154/2005 e o 738/2005, de autoria deste Deputado, foram rejeitados por dispor de matéria já regulamentada por disposição federal - Resolução RDS nº 153 de 14/06/2004 segundo os pareceres dos nobres relatores, respectivamente, acompanhado pela unanimidade dessa CCJ.

Justifica-se, contudo, analisando a resolução citada como parâmetro de fundamentação à rejeição do indigitado projeto, que a invocada norma trata realmente das diretrizes e procedimentos homoterápicos de forma abrangente.

O parecer de V. Exas. pautou-se na justificativa de redundância, ou seja, que o projeto de lei rejeitado regulamentava matéria já editada no aspecto da responsabilidade médica e dos órgãos afins. Contudo, no tocante à transfusão de sangue propriamente dita, **letra "I", I.1.3 - Transfusão de Extrema Urgência, a Resolução 153/2004, não há previsão de consulta e a tomada de termos de compromisso do familiar do paciente, quando presente.**²

² I - TRANSFUSÃO SANGÜÍNEA

I.1 - Requisições de Sangue e Hemocomponentes para Transfusão.

I.1.1 - As solicitações para transfusão de sangue ou componentes devem ser feitas em formulários específicos que contenham informações suficientes para uma correta identificação do receptor. Do formulário devem constar, pelo menos, os seguintes dados: nome e sobrenome do paciente, sexo, idade, peso, número do prontuário ou registro do paciente, número do leito (no caso de paciente internado), diagnóstico, antecedentes transfusionais, hemocomponente solicitado, (com o respectivo volume ou quantidade), tipo da transfusão, resultados laboratoriais que justifiquem a indicação do hemocomponente, a data, a assinatura e o número do CRM do médico solicitante. Uma requisição incompleta, inadequada ou ilegível não deve ser aceita pelo serviço de hemoterapia.

I.1.3 - Transfusão de extrema urgência - A liberação de sangue total ou concentrado de hemácias sem provas de compatibilidade pode ser feita, desde que obedecidas as seguintes condições:

- a) O quadro clínico do paciente justifique a extrema urgência, isto é, quando o retardo no início da transfusão possa levar o paciente ao óbito.
- b) Existência de procedimento escrito no serviço, estipulando o modo como esta liberação será realizada.
- c) Termo de responsabilidade assinado pelo médico responsável pelo paciente no qual afirme expressamente concordar com o procedimento.
- d) As provas pré-transfusionais devem ser realizadas até o final, mesmo que a transfusão já tenha sido completada.

I.1.3.1 - O médico solicitante deve ser informado dos riscos e será responsável pelas consequências do ato transfusional, se a emergência houver sido criada por seu esquecimento ou omissão.

I.1.3.1.1 - Se não houver amostra do paciente no serviço, esta deve ser colhida assim que possível. Nos casos de transfusão em caráter de extrema urgência, em que não há tempo para tipificar o sangue do receptor, é recomendável o uso de sangue O negativo. Não havendo este tipo de sangue em estoque no serviço, poderá ser usado sangue O positivo, sobretudo em pacientes do sexo masculino ou em pacientes de qualquer sexo com mais de 45 anos de idade. A opção pelo tipo sangüíneo a ser transfundido nas situações de extrema urgência deve fazer parte de protocolo específico mencionado no item I.1.3 b, que cada serviço deve manter.

I.1.3.2 - O envio da bolsa não implica na interrupção das provas pré-transfusionais, que devem continuar a ser feitas normalmente.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



É neste aspecto que o projeto inova e avança criando mais um fator de segurança no momento da transfusão que se configura em instante de altíssimo risco, posto que é exatamente neste ponto que todos os envolvidos na proteção da vida e segurança do paciente (parentes, médicos, equipe médica, órgãos afins, etc.), devem convergir.

Deste modo, a aprovação deste novo projeto criará, por assim dizer, um fator maior de segurança e em se tratando da proteção do bem maior da sociedade - a vida, nada é demais.

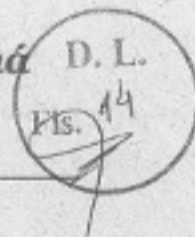
Ademais a regra áurea inserta no Art. 24, § 2º da CF é clara quando regulamenta que a competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos estados.

Por outro lado a matéria vergastada não integra o elenco das leis de iniciativa privativa do executivo previstas no artigo 66 da Constituição Estadual.

Assim o artigo 65 do mesmo diploma legal autoriza a iniciativa de leis complementares pelos parlamentares desta casa.

Pela importância da matéria e a sensibilidade dos nobres pares desta Casa Legislativa, tenho a certeza que o Estado do Paraná terá, em breve, mais esta importante lei.

Em caso de anormalidade nestas provas, o médico-assistente deve ser imediatamente notificado, e a decisão sobre a suspensão ou continuação da transfusão deve ser tomada em conjunto por este e por médico do serviço de hemoterapia.



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 376/2011

PROJETO DE LEI Nº 376/2011
AUTOR: DEPUTADO ARTAGÃO JÚNIOR

SÚMULA: OBRIGA A ADOÇÃO DE MEDIDAS DE SEGURANÇA QUE EVITEM A TROCA DE SANGUE EM CASOS DE TRANSFUSÃO NAS DEPENDÊNCIAS DE HOSPITAIS PÚBLICOS OU PRIVADOS, CASA DE SAÚDE E MATERNIDADE, NO ÂMBITO DO ESTADO DO PARANÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EMENTA: RELEVANTE INTERESSE COLETIVO. MEDIDAS DE SEGURANÇA EM TRANSFUSÃO DE SANGUE. DIREITOS SOCIAIS – SAÚDE PÚBLICA ART. 6º CF. ART. 12, II E 65 DA CE. RESOLUÇÃO RDS 153/2004 OMISSA. COMPETÊNCIA CONCORRENTE. ART. 23, II, 24 § 3º. DA CF. ART. 13, XII, 53, XVI DA CE. LEGALIDADE. CONSTITUCIONALIDADE. TÉCNICA LEGISLATIVA AFERIDA. APROVAÇÃO.

RELATÓRIO

O presente PL de Autoria do Deputado Artagão Júnior Obriga a Adoção de Medidas de Segurança que Evitem a Troca de Sangue



em Casos de Transfusão nas Dependências de Hospitais Públicos ou Privados, casa de Saúde e Maternidade, no âmbito do Estado do Paraná e dá outras Providências.

Antes de qualquer julgamento quanto aos pressupostos de admissibilidade da proposição impende esclarecer alguns aspectos que envolvem a iniciativa do nobre Deputado Artagão.

O Projeto de Lei nº 154/2005, de autoria deste Deputado, foi rejeitado por dispor de matéria já regulamentada por disposição federal - Resolução RDS nº 153 de 14/06/2004 segundo o parecer do nobre relator acompanhado pela unanimidade dessa CCJ, naquela oportunidade.

Justifica-se, contudo, analisando a resolução citada como parâmetro de fundamentação à rejeição do indigitado projeto, que a invocada norma trata realmente das diretrizes e procedimentos homoterápicos de forma abrangente.

O referido parecer pautou-se na redundância, ou seja, que o projeto de lei rejeitado regulamentava matéria já editada no aspecto da responsabilidade médica e dos órgãos afins. Contudo, no tocante à transfusão de sangue propriamente dita, na letra "I", I.1.3 - Transfusão de Extrema Urgência, da Resolução 153/2004, não há previsão de consulta e a tomada de termos de compromisso do familiar do paciente, quando presente.

É neste aspecto que o projeto inova e avança criando mais um fator de segurança no momento da transfusão que se configura em instante de altíssimo risco, posto que é exatamente neste ponto que todos os envolvidos na proteção da vida e segurança do paciente (parentes, médicos, equipe médica, órgãos afins, etc.), devem convergir.

Deste modo a aprovação deste novo projeto criará, por assim dizer, um fator maior de segurança e quando se trata da proteção do bem maior da sociedade - a vida, nada é demais.

O Autor viveu experiência impar quando do nascimento da sua 3ª. filha que ao ser submetida a transfusão de sangue, não fosse a intervenção de um parente seu (irmão) ao perquirir a enfermeira que portava o frasco de sangue para a eminente transfusão a pequena Yasmine teria sido vítima de um erro hospitalar e fatalmente viria a óbito.

Fatos como este pode reverberar para todas as camadas da sociedade e como medida de segurança a Assembléia Legislativa do Paraná na qualidade de poder legisferante, ouvindo atentamente as partes interessadas, não pode deixar de exercer o seu papel de "Casa de Todos os Paranaenses", contribuindo decisivamente na iniciativa do processo legal.



FUNDAMENTAÇÃO DO PARECER

Por este vértice impende apresentar a análise da constitucionalidade e legalidade. Em matéria deste porte e natureza é relevante a linha tênue da constitucionalidade e legalidade que envolve a matéria, por força da competência concorrente e comum, princípios estes consagrados na CF, como adiante se verifica:

A Constituição Federal preconiza que a saúde é um direito social, *literis*:

{...}

Art. 6º. São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição.

{...}

Quanto a competência a CF também define como competência concorrente e comum as matérias relativas à saúde, conforme específica, *verbis*:

Art. 23 É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

...

II - Cuidar da saúde...

A CF também regula a competência dos estados quando da inexistência de lei federal a exercer a competência plena para atender as suas peculiaridades como prescreve o art. 24, § 3º *verbis*:

Art. 24 Compete a União e aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

...

§ 3º - Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os estados exercem a competência plena, para atender as suas peculiaridades.

A Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 65, confere a Assembleia Legislativa, entre outras entidades, a iniciativa das leis complementares e ordinárias, *literis*:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

{...}

Ora a função precípua da Assembléia Legislativa é legislar e o artigo 53 confere esse poder a ela sobre matérias da mesma natureza do poder executivo quando o legislador define que a Assembléia pode **dispor** sobre a criação, estruturação e definição de atribuições das Secretarias de Estado, no caso focado, *literis*:

{...}

Art. 53 Cabe à Assembléia Legislativa, (...), dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

XVII – matéria da legislação concorrente da Constituição Federal.

{...}

Portanto a própria Constituição Estadual em seu artigo 66 que **fixa as matérias de competência privativa do estado** não veda a iniciativa da Assembléia Legislativa em legislar sobre as leis ordinárias e complementares concorrentemente entre Estado-membro e o Executivo Federal prevista no Artigo 53, inciso XVII, remissivo ao artigo 24 da CF.

Tratando o Artigo 53, XVII da Competência Concorrente aferida à Assembléia e o 66 da Competência Privativa do Poder Executivo, ambos da **CE**, questões de mesma natureza, ou seja, atribui a constituição competência a ambos os poderes, conclusivamente chega-se ao entendimento que o Artigo 66 detém a **competência privativa ou plena**, enquanto o Artigo 53, a **competência suplementar ou concorrente, nos casos que especifica**.

Portanto a iniciativa das leis de **relevante interesse público**, tem amparo nos princípios da competências comum e concorrente sendo portanto legal e constitucional a iniciativa de parlamentar desta casa propor projeto de lei que se reveste de interesse geral da sociedade, i n casu, paranaense.



IMPACTO FINANCEIRO

Não há que se falar em impacto financeiro no presente PL em razão de que os recursos dos hospitais públicos para medidas de atendimento que refluem da atividade fim já estão previstos no orçamento público. Por outro lado a medida também abrangerá a rede particular de atendimento hospitalar não influenciando no erário do poder público.

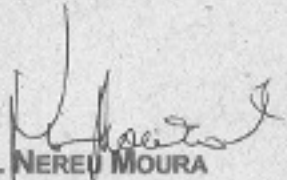
TÉCNICA LEGISLATIVA




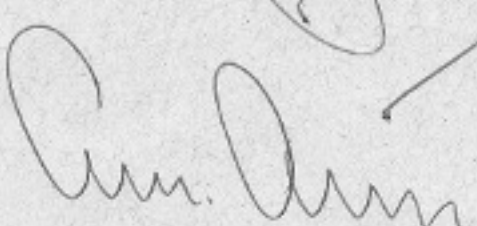
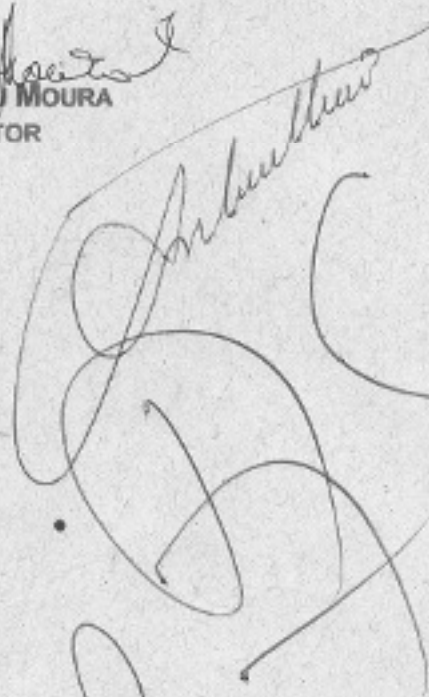
No que se refere à técnica legislativa o PL em análise não encontra nenhuma vedação.

CONCLUSÃO

Diante do exposto sendo possível a iniciativa da proposição, em face da importância de que se reveste o assunto, sou de parecer **FAVORÁVEL**.

Sala das Comissões, 23 de agosto de 2011.


DEP. NEREU MOURA
RELATOR



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 376/2011

Projeto de Lei nº 376/2011

Autor: Deputado Artagão Junior

Ementa: Obriga a adoção de medidas de segurança que evitem a troca de sangue em casos de transfusão nas dependências de hospitais públicos ou privados, casas de saúde e maternidade, no âmbito do Estado do Paraná, e dá outras providências.

I - PREAMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Artagão Junior, obriga a adoção de medidas de segurança que evitem a troca de sangue em casos de transfusão nas dependências de hospitais públicos ou privados, casas de saúde e maternidade, no âmbito do Estado do Paraná, e dá outras providências.

II - RELATÓRIO

Na qualidade de relator, designado para exarar parecer pela Comissão de Saúde. E a análise da matéria, por envolver estudo de aspectos da saúde, inscreve-se no rol das competências incumbidas a esta Comissão por força do art. 33-I, do Regimento Interno desta Casa de Leis.

O Projeto de Lei nº 376/2011, vem ao encontro do interesse público que norteiam as ações impostas pelos órgãos de administração pública do Estado. Pois, um serviço de transfusão de sangue (STS) bem organizado é pré-requisito para o uso seguro e eficaz do sangue e produtos sanguíneos. Ora, A epidemia generalizada do HIV entre vários outros vírus que são transmitidos por um transfusão sanguínea sem nenhum meio de segurança, fez com que nos concentrássemos na importância da prevenção das infecções transmissíveis pela transfusões

Apenas para reforçar o interesse público imposto pelo Projeto de Lei ora em análise, o art. 14, VI da lei que institui a Política Nacional do Sangue, define que uma de suas políticas e diretrizes é a de proteção da saúde do doador e do receptor mediante informação ao candidato à doação sobre os procedimentos a que será submetido, os cuidados que deverá tomar e as possíveis reações adversas decorrentes da doação, bem como qualquer anomalia importante identificada quando dos testes laboratoriais, garantindo-lhe o sigilo dos resultados.



Dito isto, no que tange ao mérito da matéria entendo que não há nenhum tipo de impedimento que possa obstruir sua deliberação pelo Plenário Legislativo. Por se tratar de matéria que atende ao interesse público, uma vez que as ações impostas nos dispositivos do Projeto de Lei nº 376, de 2011, vem ao encontro do interesse público de nossa população.

III - VOTO DO RELATOR

Pelos motivos ora relatados, e não havendo nada que possa obstruir a deliberação e tramitação do Projeto em tela, voto favoravelmente pela aprovação do Projeto de Lei nº 376/2011 na sua forma apresentada.

IV - CONCLUSÃO

Verificado e analisado o relatório apresentado pelo Nobre Relator do Projeto de Lei nº 376/2011, os Deputados que compõem a Comissão de Saúde Pública, acompanham o voto do relator e manifestam-se pela **deliberação e aprovação** do referido projeto em tela.

26/09/11

Dr. Batista
Presidente Comissão

Adelino Ribeiro Silva
Relator *



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 376/2011

O Projeto de Lei n.º 376/11, de autoria do Deputado Artagão Junior, obriga a adoção de medidas de segurança que evitem a troca de sangue, em casos de transfusão, nas Dependências de Hospitais Públicos ou Privados, Casas de Saúde e Maternidades, no âmbito do Estado do Paraná e dá outras providências.

Após parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, o projeto foi remetido à Comissão de Saúde que também emitiu parecer favorável, por fim encaminhou-se a esta o presente para análise e parecer.

ANÁLISE DO MÉRITO

O projeto em questão vem de encontro ao interesse público uma vez que inova e avança, criando mais um fator de segurança no momento da transfusão que se configura em instante de altíssimo risco, posto que é exatamente neste ponto em que todos os envolvidos na proteção da vida e segurança do paciente (parentes, médicos, equipe de enfermagem etc.), devem convergir a fim de assegurar a proteção da vida dos cidadãos paranaenses.



CONCLUSÃO

Ante o exposto, chamada esta relatoria a se manifestar, damos parecer favorável e somos pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 31 de outubro de 2011.


Deputado Tadeu Veneri

Presidente


Deputado Ney Leprevost

Relator







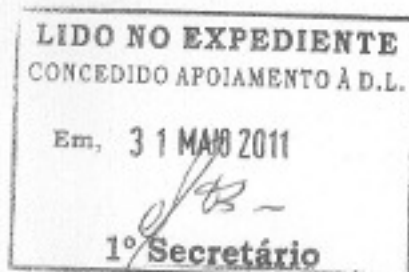
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Professor Lemos



PROJETO DE LEI

462/11




SÚMULA: Insere no Calendário Turístico Oficial do Estado do Paraná a "Cavalgada do Trabalhador" realizada anualmente em maio no distrito de Marajó, Município de Nova Aurora, promovida pela Associação dos Cavaleiros de Marajó e pela Capela São Bom Jesus.

DECRETA:

Art. 1º Fica inserido no Calendário Turístico Oficial do Estado do Paraná a "Cavalgada do Trabalhador" realizada anualmente em maio no Distrito de Marajó, Município de Nova Aurora, promovida pela Associação dos Cavaleiros de Marajó e pela Capela São Bom Jesus.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sessão do Plenário, 31 de maio de 2011.


PROF. LEMOS
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

O distrito de Marajó, localizado a 22 Kms da sede do município de Nova Aurora, tem tradição em realizar todos os anos no dia 01 de maio a cavalgada do trabalhador, evento esse que começou timidamente anos atrás e hoje já ganha maiores proporções, principalmente pelo número de participação de pessoas que praticam a montaria, e pelo número de pessoas que prestigiam o evento.

A festa começa com o baile do trabalhador, no salão de festas da comunidade, e prossegue com a cavalgada.

Após a cavalgada é servido almoço, tendo como cardápio, churrasco, arroz, saladas e leitoa no tacho.

O evento é uma realização da Associação dos Cavaleiros de Marajó e da Capela São Bom Jesus e conta com apoio da administração municipal.

A cavalgada já está em seu 5º ano de realização, o evento já mostra força e atrai um grande número de adeptos que participam da cavalgada, mas acima de tudo um grande número de pessoas que comparecem nesta data na comunidade para prestigiar, até porque além do público local, a organização conta com pessoas de outros municípios como Cascavel, Goio-êre, Formosa do Oeste, Quarto Centenário, Iracema do Oeste, dentre outros municípios.

Por ser um importante evento do Estado do Paraná é que propusemos que seja incluída a festividade no calendário turístico oficial do Estado do Paraná.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 462/11

Projeto de Lei nº 462/11

Autor: Deputado Professor Lemos

Súmula: Insere no Calendário Turístico Oficial do Estado do Paraná, a "Cavalgada do Trabalhador", realizada anualmente em maio no distrito de Marajó, Município de Nova Aurora, promovida pela Associação dos Cavaleiros de Marajó e pela Capela São Bom Jesus.

EMENTA: INSERÇÃO NO CALENDÁRIO TURÍSTICO OFICIAL DO ESTADO DO PARANÁ, A "CAVALGADA DO TRABALHADOR". COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE DO ESTADO PARA LEGISLAR SOBRE CULTURA E FOMENTA-LA, ARTS. 24, X E 215, CAPUT, CONSTITUIÇÃO FEDERAL. DATAS COMEMORATIVAS DEVEM SER FIXADAS MEDIANTE LEI. ART. 215, § 2º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, ART. 65, CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Professor Lemos, objetiva inserir no Calendário Turístico Oficial do Estado do Paraná, a "Cavalgada do Trabalhador", que se realiza anualmente em maio, no Distrito de Marajó, Município de Nova Aurora, promovida pela Associação dos Cavaleiros de Marajó e pela Capela São Bom Jesus.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** dispõe, em seu artigo 24, X, que é de competência da União, Estados e Municípios legislar concorrentemente sobre cultura, sendo, ainda, conforme estabelece o artigo 215, caput, de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 24, caput, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

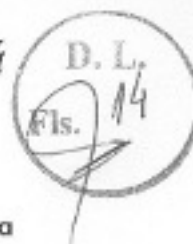
IX – educação, cultura, ensino e desporto.

(...)

Art. 215, caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Conforme estabelece a **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**, em seu artigo 190, caput, a cultura é de direito de todos e deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, Estaduais e Municipais, senão vejamos:

Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando a realização dos valores essenciais da pessoa.

A própria Constituição Federal já define o conteúdo do patrimônio cultural brasileiro como os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira; estabelece a obrigatoriedade do poder público, com a colaboração da comunidade, de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas¹.

Ressalte-se, ainda, que, conforme estabelece a **CONSTITUIÇÃO FEDERAL**, em seu artigo 215, § 2º, as datas comemorativas de

¹ DE MORAES, Alexandre. *Direito Constitucional*. Ed. Atlas: São Paulo, 2007. 22ª. ed. pg 808.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



alta significação, para os distintos segmentos étnicos do país, serão fixadas mediante lei, sendo esta de iniciativa, a *exempli gratia*, de qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, conforme estabelece a **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**, em seu artigo 65, caput, senão vejamos:

Art. 215, § 2º, CF/88. A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

Art. 65, caput, da Constituição do Estado do Paraná. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Sendo assim, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela **LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98**.

•



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.
Fls. 16

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 30 de agosto de 2011.

DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA

RELATOR



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 462/2011

Projeto de Lei nº. 462/2011

Autor: Deputado Professor Lemos

Súmula: Insere no Calendário Turístico Oficial do Estado do Paraná, a "Cavalgada do Trabalhador" realizada anualmente em maio no Distrito de Marajó, Município de Nova Aurora, promovida pela Associação dos Cavaleiros de Marajó e pela Capela São Bom Jesus.

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Professor Lemos, tem por objetivo inserir no Calendário Turístico Oficial do Estado a "Cavalgada do Trabalhador", realizada anualmente em maio no distrito de Marajó, Município de Nova Aurora.

O evento começa com o baile do trabalhador, prossegue com a cavalgada e então é servido o almoço, que tem como cardápio churrasco, arroz, saladas e leitoa no tacho. É organizado pela Associação dos Cavaleiros de Marajó e da Capela de Bom Jesus, já está em seu 5º ano de realização e atrai um grande número de participantes de toda a região.

O Projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça no dia 30/08/2011, tendo como relator o nobre Deputado Fernando Scanavacca, sendo



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Turismo





agora esta Comissão chamada a se manifestar, nos termos do artigo 33-N do Regimento Interno desta Casa.



No que se refere ao objeto da análise desta Comissão, não encontramos qualquer óbice que possa impedir o normal prosseguimento do presente projeto nesta Casa, uma vez que não há em nosso Calendário Oficial qualquer data nesse sentido.

Desta forma, o parecer desta Comissão é **FAVORÁVEL** à continuidade de sua tramitação, razão pela qual somos pela **APROVAÇÃO** do presente projeto.

Sala das Comissões, 03 de outubro de 2011.


DEPUTADO ANÍBEL NETO
Presidente


DEPUTADO BERNARDO CARLI
Relator



Praça Nossa Senhora da Saúde s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE CULTURA



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 462/11

I – SÍNTESE FÁTICA

O Deputado Estadual Professor Lemos propôs o Projeto de Lei nº 462/2011, com o intuito de inserir, no Calendário Turístico Oficial do Estado do Paraná, a "Cavalgada do Trabalhador", realizada anualmente no mês de maio, no distrito de Marajó, município de Nova Aurora e é promovida pela Associação dos Cavaleiros de Marajó em conjunto com a Capela São Bom Jesus.

Após criteriosa análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do ilustre Deputado Estadual Fernando Scanavaca, o Projeto foi aprovado, ante a ausência de quaisquer vícios de ordem constitucional ou legal.

Ato contínuo, o Projeto foi encaminhado para a Comissão de Turismo que não encontrando nenhum óbice que possa impedir o normal prosseguimento do presente projeto nesta casa, uma vez que não há em nosso Calendário Turístico Oficial, qualquer data nesse sentido, manifestou-se favoravelmente por sua aprovação.

Desse modo, caberá a análise desta Comissão de Cultura acerca do mérito deste substitutivo, merecendo aprovação também nesta comissão, consoante se passará a demonstrar.

II – MÉRITO

Promover a cultura, a tradição e os costumes do povo campeiro através das cavalgadas, são eventos que fazem parte do que denominamos de



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.
Fls. 23

ecoturismo, esses eventos são os que mais crescem em todo Brasil e possui como elo integrador 3 (três) princípios básicos na sua estrutura: Da natureza nada se tira a não ser fotos; nada se deixa a não ser pegadas e nada se leva a não ser recordação. Na certeza que a Associação dos Cavaleiros de Marajó e da Capela de São Bom Jesus, realizam suas festividades com esses cuidados.

Ademais, caberá ao Estado incentivar os atos que valorizem as diversas formas de nossa cultura. Aliás, isso fica ainda mais evidente da leitura do art. 215 do texto Constitucional, *in verbis*:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Conforme se verifica da simples leitura do dispositivo, caberá ao Estado o apoio e incentivo para a difusão das manifestações culturais, sobretudo aquelas que estão absolutamente enraizadas em nosso povo.

Nesse contexto, o Projeto objeto de análise desta Comissão de Cultura merece aprovação com congratulações, na medida em que auxilia diretamente na concretização das diretrizes previstas na Lei Fundamental, como é o dispositivo constitucional que determina ao Poder Público apoiar as questões culturais.

III – CONCLUSÃO

Pelo exposto acima, o parecer deste relator opina pela aprovação

R



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná


Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



do presente Projeto de Lei, posto que está em absoluta consonância com o ordenamento jurídico brasileiro e paranaense.

30/10/11


DEPUTADO PÉRICLES DE HOLLEBEN MELLO
PRESIDENTE

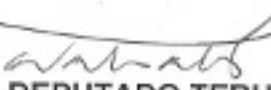

DEPUTADA MARLA TURECK
RELATOR


DEPUTADO RASCA RODRIGUES

MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADO BERNARDO CARLI
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADO CAIO QUINTANA
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADO TERUO KATO
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADO NELSON JUSTUS
MEMBRO DA COMISSÃO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 02

PROJETO DE LEI Nº 494/11



EMENTA: Insere no Calendário Turístico Oficial do Estado do Paraná, a Festa Nacional do Boi no Rolete que se realiza no município de Marechal Cândido Rondon.

Art. 1º Fica inserida no Calendário Turístico Oficial do Estado do Paraná, a Festa Nacional do Boi no Rolete realizada anualmente no município de Marechal Cândido Rondon, em domingo próximo a data comemorativa de seu aniversário de emancipação político-administrativa que recai em 25 de julho.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 2011


ADEMIR BIER
Deputado Estadual



Justificativa

A Festa Nacional do Boi no Rolete foi instituída oficialmente pela Câmara Municipal de Vereadores de Marechal Cândido Rondon, Paraná, no dia 27 de novembro de 1978, pelo então vereador Ariovaldo Bier.

Todo ano na ocasião das festividades do aniversário do município, é realizada a Festa, sendo assado o número de boi conforme a idade do município, em 2010 foram assados 50 bois.

O Boi no Rolete, que é servido com acompanhamento de saladas verdes, maioneses e cucas, é assado inteiro, sendo utilizado geralmente um animal pensando entre 250 e 350 quilos já limpo, sem a cabeça e partes internas.

Para injetar o tempero, é utilizada uma bomba de pressão e para assá-lo é construída uma churrasqueira grande com 4 ou 6 locais para colocar o carvão. Sobre essa estrutura, é colocada uma cúpula de metal, simulando um forno. O tempo necessário para assar o boi no rolete é de aproximadamente 16 horas.

Somente na última edição (que acontece paralelamente à Expo-Rondon todos os anos), foram servidas 18 mil refeições, com um público em torno de 80 mil na ExpoRondon.

As equipes que assam os bois são formadas por empresas, associações, clubes e comunidades que participam do concurso. São conferidos prêmios aos que se destacam no aspecto culinário e também na decoração do "Box" onde o boi foi assado.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 494/11

Projeto de Lei nº 494/11
Autor: Deputado Ademir Bier

Súmula: Insere no Calendário Turístico Oficial do Estado do Paraná, a Festa Nacional do Boi no Rolete que se realiza no Município de Marechal Candido Rondon.

EMENTA: INSERE NO CALENDÁRIO TURÍSTICO OFICIAL DO ESTADO DO PARANÁ, A FESTA NACIONAL DO BOI NO ROLETE QUE SE REALIZA NO MUNICÍPIO DE MARECHAL CANDIDO RONDON. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 24, E 215, DA CF. ARTS 65 e 190 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Ademir Bier, objetiva inserir no Calendário Turístico Oficial do Estado do Paraná, a Festa Nacional do Boi no Rolete realizada anualmente no Município de Marechal Candido Rondon, em domingo próximo a data comemorativa de seu aniversário de emancipação político-administrativa que recai em 25 de julho.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

A Constituição da República Federativa do Brasil dispõe que é de competência da União, Estados e Municípios legislar concorrentemente sobre cultura, vejamos:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

IX – educação, cultura, ensino e desporto.

Ainda, a Carta Magna, ciente da importância da instituição de datas comemorativas como meio de difusão da cultura nacional, autorizou sua fixação por meio de iniciativa legislativa:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso as fontes de cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais:

(...)



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.

Fls. 14

§ 2º: A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais. (grifos nossos)

A Constituição do Estado do Paraná determina que a cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, com a participação de todos os segmentos sociais, visando a realização dos valores essenciais da pessoa:

Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando a realização dos valores essenciais da pessoa.

A própria Constituição Federal já define o conteúdo do patrimônio cultural brasileiro como os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira; estabelece a obrigatoriedade do poder público, com a colaboração da comunidade, de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas¹.

¹ DE MORAES, Alexandre. *Direito Constitucional*. Ed. Atlas: São Paulo, 2007. 22ª. ed. pg 808.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.

Fls. 15

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembléia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Desta forma, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.

Pls. 46

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 30 de agosto de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO TERUO KATO

RELATOR



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 494/2011

Projeto de Lei nº. 494/2011

Autor: Deputado Ademir Bier

Súmula: Insere no Calendário Turístico Oficial do Estado do Paraná, a Festa Nacional do Boi no Rolete que se realiza no Município de Marechal Cândido Rondon.

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Ademir Bier, tem por objetivo inserir no Calendário Turístico Oficial do Estado a "Festa Nacional do Boi no Rolete", realizada anualmente, no Município de Marechal Cândido Rondon, em data próxima ao aniversário de emancipação político-administrativa da localidade, que é comemorada no dia 25 de julho.

A referida festa é realizada desde o ano de 1978 e em todo ano é assado o numero de bois referentes a idade do município, sendo que em 2010 foram assados 50 bois. Somente na ultima edição foram servidas 18 mil refeições, com um publico em torno de 80 mil pessoas.

O Projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça no dia 30/08/2011, tendo como relator o nobre Deputado Teruo Kato, sendo agora esta Comissão chamada a se manifestar, nos termos do artigo 33-N do Regimento Interno desta Casa.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Turismo




No que se refere ao objeto da análise desta Comissão, não encontramos qualquer óbice que possa impedir o normal prosseguimento do presente projeto nesta Casa, uma vez que, apesar de já haver previsão da festa no Calendário Oficial do Estado, não existe qualquer Lei Estadual que garanta sua inclusão, não havendo qualquer formalidade que assegure sua permanência.

Desta forma, o parecer desta Comissão é **FAVORÁVEL** à continuidade de sua tramitação, razão pela qual somos pela **APROVAÇÃO** do presente projeto.

Sala das Comissões, 03 de outubro de 2011.


DEPUTADO ANIBELLI NETO
Presidente


DEPUTADO NEY LEPREVOST
Relator



Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 494/11

I – SÍNTESE FÁTICA

O Deputado Estadual Ademir Bier o Projeto de Lei nº 494/2011, com o intuito de inserir, no Calendário Turístico Oficial do Estado do Paraná, a "Festa Nacional do Boi do Rolete", realizada anualmente no dia 25 de julho, no município de Marechal Cândido Rondon.

Após criteriosa análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do ilustre Deputado Teruo Kato, foi constatada que a "Festa Nacional do Boi no Rolete" já se encontra inserida no Calendário Oficial de eventos no estado do Paraná, projeto foi aprovado, ante a ausência de quaisquer vícios de ordem constitucional ou legal.

Ato contínuo, o Projeto foi encaminhado para a Comissão de Turismo que não encontrando nenhum óbice que possa impedir o normal prosseguimento do presente projeto nesta casa, o relator Deputado Ney Leprevost, cita a vontade do Deputado Ademir Bier de criar uma lei que assegure a permanência desse evento no calendário Oficial do Estado.

Desse modo, caberá a análise desta Comissão de Cultura acerca do mérito deste substitutivo, merecendo aprovação também nesta comissão, consoante se passará a demonstrar.



II – MÉRITO

A Festa Nacional do Boi no Rolete de Marechal Cândido Rondon, que se comemora desde de 1978, ou seja 24 anos, festeja se o aniversário do município.

A gastronomia é um tema amplo que vai muito além da cozinha é um fascinante universo, que passa pelos ingredientes, pelos utensílios, equipamentos e saberes humanos.

A justificativa do presente projeto, relata algumas técnicas como a injeção do tempero, que é utilizada uma bomba de pressão e para assá-los é construída uma churrasqueira grande com 4 ou 6 metros locais para colocar o carvão. Sobre essa estrutura, é colocada uma cúpula de metal, simulando um forno, são curiosidades como essas que atraem milhares de pessoas para a festividade.

Festejar é um dos mais antigos rituais humanos e quando se celebra a data do aniversário da cidade, é motivo de orgulho aos cidadãos e respeito a comunidade que se une, a fim de juntos realizarem um propósito de que todos se sintam felizes e bem de conviverem, trazendo lembranças e projetando futuros.

Ademais, caberá ao Estado incentivar os atos que valorizem as diversas formas de nossa cultura. Aliás, isso fica ainda mais evidente da leitura do art. 215 do texto Constitucional, *in verbis*:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Conforme se verifica da simples leitura do dispositivo, caberá ao Estado o apoio e incentivo para a difusão das manifestações culturais.

Nesse contexto, o Projeto objeto de análise desta Comissão de Cultura merece aprovação com congratulações, na medida em que auxilia diretamente



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



na concretização das diretrizes previstas na Lei Fundamental, como é o dispositivo constitucional que determina ao Poder Público apoiar as questões culturais.

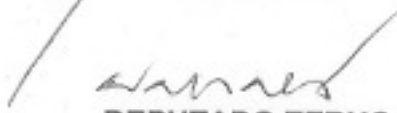
III – CONCLUSÃO


Pelo exposto acima, o parecer deste relator opina pela aprovação

do presente Projeto de Lei, posto que está em absoluta consonância com o ordenamento jurídico brasileiro e paranaense.

30/10/11


DEPUTADO PÉRICLES DE HOLLEBEN MELLO
PRESIDENTE


DEPUTADO TERUO KATO
RELATOR


DEPUTADO RASCA RODRIGUES
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADO BERNARDO CARLI
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADO CAIO QUINTANA
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADO MARLA TUREK
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADO NELSON JUSTUS
MEMBRO DA COMISSÃO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 02

PROJETO DE LEI Nº 495/11



EMENTA: Insere no Calendário Turístico Oficial do Estado do Paraná, a "Festa da Padroeira Nossa Senhora da Salete" realizada anualmente no município de Medianeira.

Art. 1º Fica inserida no Calendário Turístico Oficial do Estado do Paraná, a "Festa da Padroeira Nossa Senhora da Salete" que se realiza todos os anos normalmente no 3º domingo do mês setembro, no Morro da Salete, município de Medianeira.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 2011


ADEMIR BIER
Deputado Estadual



Justificativa

A tradicional Festa da Comunidade Católica realizada anualmente em 18 de setembro no Morro da Salete, em Medianeira, começa com procissão saindo da praça central pela manhã, indo até a comunidade, percorrendo 6 km aproximadamente, com realização de uma missa, que reúne milhares de pessoas.

Com rica gastronomia baseada em churrasco, pães,ucas, saladas e bebidas, essa romaria reúne anualmente há várias décadas, milhares de pessoas, as quais e ainda se divertem com sorteios e leilões, além de uma animada matinê dançante.

O lucro da festa é integralmente destinado à manutenção da estrutura comunitária (reforma e construção ou ampliação de igreja e pavilhão, dentre outros).

Vale ressaltar que o Santuário localizado no Morro da Salete já faz parte do Roteiro Turístico Oficial do Paraná da Secretaria de Estado do Turismo, em função do Projeto de Lei 696/2005 (promulgada em 13/02/2006), de autoria do deputado que ora apresenta o presente projeto.

Outrossim, por meio do Projeto de Lei 540/2005 (promulgada em 08/05/2006), também de autoria do deputado Ademir Bier, foi declarada de utilidade pública a Associação de Moradores da Linha Salete, que promove na última semana de março, anualmente, um almoço beneficente.

Há que se lembrar que o município em voga evoca uma tradição de comunidades católicas muito atuantes, que realizam festejos que mobilizam toda a região, como é o caso dos bairros São Cristóvão, Ipê, Itaipu, Belo Horizonte, Nazaré e Jardim Irene, bem como das Linhas Espigão do Norte, Nossa Senhora Auxiliadora, Vitória, Santa Rita, Dourado, Santa Catarina, São Francisco, Mineira e Salvador, do distrito de Maralucia e Chácara Recreio Paraíso.

Pelo exposto, conto com o apoio de meus pares para a aprovação deste importante Projeto de Lei.



Projeto de Lei nº 495/11

Autor: Deputado ADEMIR BIER

Súmula: Insere no Calendário Turístico Oficial do Estado do Paraná, a Festa da Padroeira Nossa Senhora da Salette realizada anualmente no Município de MEDIANEIRA.

INTRODUÇÃO

O Projeto de Lei, de autoria do Deputado Ademir Bier, propõe inserir no Calendário Turístico Oficial do Estado a FESTA DA PADROEIRA NOSSA SENHORA DA SALETE, realizada anualmente no Município de MEDIANEIRA, no terceiro domingo do mês de setembro.

Como compete a União, aos Estados e Municípios, legislar concorrentemente sobre assuntos da Cultura, Ensino e Desporto, conforme prevê o artigo 215 da Constituição Federal, para oferecer oportunidade de pleno exercício dos direitos culturais, à população, seja nos Estados ou nos Municípios;

O previsto no artigo 190 da Constituição Estadual, corrobora que a cultura é um direito de todos e por isso deve ser facilitada pelo Estado o acesso à comemorações dessa natureza, consideramos que a FESTA DA PADROEIRA NOSSA SENHORA DA SALETE, realizada anualmente no 3º domingo do mês de setembro, no Morro da Salette, no Município de Medianeira, por ser um evento comemorado regularmente com a participação de milhares de pessoas, merece fazer parte do Calendário Oficial do Estado.



CONCLUSÃO

O fato de não constar do Calendário Estadual de Turismo e pela regularidade com que o evento é promovido é objeto passivo de aprovação de uma Lei que servirá para consolidar a data em questão.

Desta forma, não havendo nada que impeça ou obstrua a sua tramitação por esta casa, e também não haja qualquer objeção quanto à sua técnica legislativa, somos de **PARECER FAVORÁVEL à sua tramitação.**

Sala das Comissões, em 5 de setembro de 2011.


Deputado NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


Deputada CANTORA MARA LIMA

RELATORA







PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 495/2011

Projeto de Lei nº. 495/2011

Autor: Deputado Ademir Bier

Súmula: Insere no Calendário Turístico Oficial do Estado do Paraná, a "Festa da Padroeira Nossa Senhora da Salete" realizada anualmente no Município de Medianeira.

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Ademir Bier, tem por objetivo inserir no Calendário Turístico Oficial do Estado a "Festa da Padroeira Nossa Senhora da Salete", a ser comemorado, anualmente, no terceiro domingo do mês de setembro, no Município de Medianeira.

Tal festa começa com procissão saindo da praça central da cidade, no período da manhã, indo até a comunidade do Morro da Salete, percorrendo aproximadamente seis quilômetros e culminando com a realização de uma missa, que reúne milhares de pessoas. Conta com rica gastronomia e seu lucro é integralmente destinado à manutenção da estrutura comunitária do Santuário. O Santuário já faz parte do Roteiro Turístico Oficial do Paraná, de acordo com a Lei Estadual 15.025/2006.

O Projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça no dia 05/09/2011, tendo como relator a nobre Deputada Cantora Mara Lima, sendo

1



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Turismo



agora esta Comissão chamada a se manifestar, nos termos do artigo 33-N do Regimento Interno desta Casa.

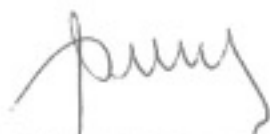
No que se refere ao objeto da análise desta Comissão, não encontramos qualquer óbice que possa impedir o normal prosseguimento do presente projeto nesta Casa, uma vez que não há em nosso Calendário Oficial qualquer data parecida.

Desta forma, o parecer desta Comissão é **FAVORÁVEL** à continuidade de sua tramitação, razão pela qual somos pela **APROVAÇÃO** do presente projeto.

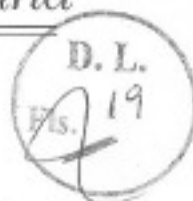
Sala das Comissões, 03 de outubro de 2011.


DEPUTADO ANIBELLI NETO
Presidente


DEPUTADO PEDRO LUPION
Relator







PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 495/11

I – SÍNTESE FÁTICA

O Deputado Estadual Ademir Bier o Projeto de Lei nº 495/2011, com o intuito de inserir, no Calendário Turístico Oficial do Estado do Paraná, a "Festa da Padroeira Nossa Senhora da Salete", realizada anualmente no 3. domingo do mês de setembro, no Morro da Salete, município de Medianeira...

Após criteriosa análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do ilustre Deputada Estadual Mara Lima, o projeto foi aprovado, ante a ausência de quaisquer vícios de ordem constitucional ou legal.

Ato contínuo, o Projeto foi encaminhado para a Comissão de Turismo que não encontrando nenhum óbice que possa impedir o normal prosseguimento do presente projeto nesta casa, uma vez que não há em nosso Calendário Turístico Oficial, qualquer data nesse sentido, manifestou-se favoravelmente por sua aprovação.

Desse modo, caberá a análise desta Comissão de Cultura acerca do mérito deste substitutivo, merecendo aprovação também nesta comissão, consoante se passará a demonstrar.

II – MÉRITO

A Festa da Padroeira Nossa Senhora da Salete realizada em Medianeira, no Morro da Salete, se inicia com uma procissão que reúne milhares de pessoas, concluindo seu momento religioso com a celebração eucarística. Após esse momento a uma celebração gastronômica, onde todos comemoram e partilham momentos alegres, a proposição de inserir no Calendário Turístico Oficial do Paraná a Festa da Padroeira Nossa Senhora da Salete, visa além da divulgação, a preservar a



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

D. L.

20

continuidade e da unidade histórico-cultural local. O que é muito importante, pois marca a vida de uma comunidade e constrói a relação com antepassados e projeto o futura de novas gerações, com uma espiritualidade presente na região.

Ademais, caberá ao Estado incentivar os atos que valorizem as diversas formas de nossa cultura. Aliás, isso fica ainda mais evidente da leitura do art. 215 do texto Constitucional, *in verbis*:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Conforme se verifica da simples leitura do dispositivo, caberá ao Estado o apoio e incentivo para a difusão das manifestações culturais.

Nesse contexto, o Projeto objeto de análise desta Comissão de Cultura merece aprovação com congratulações, na medida em que auxilia diretamente na concretização das diretrizes previstas na Lei Fundamental, como é o dispositivo constitucional que determina ao Poder Público apoiar as questões culturais.

III – CONCLUSÃO

Pelo exposto acima, o parecer deste relator opina pela aprovação do presente Projeto de Lei, posto que está em absoluta consonância com o ordenamento jurídico brasileiro e paranaense.

30/10/11


DEPUTADO PÉRICLES DE HOLLEBEN MELLO
PRESIDENTE


DEPUTADO TERUO KATO
RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

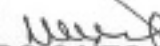
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.


21


DEPUTADO RASCA RODRIGUES
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADO BERNARDO CARLI
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADO CAIO QUINTANA
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADO MARLA TUREK
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADO NELSON JUSTUS
MEMBRO DA COMISSÃO